

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	17
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	27
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	28
2.5 Medições não contábeis	29
2.6 Eventos subsequentes as DFs	31
2.7 Destinação de resultados	32
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	34
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	35
2.10 Planos de negócios	36
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	38
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	39
5.2 Descrição dos controles internos	44
5.3 Programa de integridade	47
5.4 Alterações significativas	51
5.5 Outras informações relevantes	52

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2. Comentários dos diretores
- 2.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais;

O ano de 2023 foi marcado pelo El Niño, fenômeno caracterizado pelo aquecimento anormal das águas do oceano Pacífico, podendo causar chuvas torrenciais na região Sul, além de secas severas no Norte e Nordeste do país, o que favoreceria o desempenho dos ventos na região. Observamos também períodos de calor intenso em todo território brasileiro com aumento significativo na demanda de consumo das classes residencial e comercial, o que contribuiu para o bom resultado do segmento de distribuição.

Por outro lado, esse cenário climatológico impôs mais desafios ao segmento de Geração, uma vez que usinas precisaram ser despachadas para atender picos de demanda ao mesmo tempo em que parques eólicos e solares da região Nordeste precisaram ser desconectados da rede, evidenciando a maior complexidade que o ONS vem enfrentando na operação do sistema.

O Grupo CPFL continuou ativo na busca do crescimento sustentável em seus segmentos, investindo o valor de R\$ 5,1 bilhões no ano, para melhorar ainda mais a performance dos ativos de distribuição, a partir da ampliação de redes e da implementação de novas tecnologias, a fim de continuar oferecendo um serviço de qualidade a seus clientes. Foram realizados investimentos ainda na manutenção das usinas e em reforços e melhorias nas redes de transmissão, sempre visando a excelência na gestão operacional.

Ainda em relação aos investimentos, é importante destacar a entrada em operação dos empreendimentos de transmissão Sul I, Sul II e Cachoeirinha 3 compostos por subestações de energia e aproximadamente 382 km de linhas de transmissão, localizados no Estado do Rio Grande do Sul, com RAP de R\$ 87 milhões para o ciclo 2023-2024.

Ainda no segmento de transmissão, vale destacar os ótimos frutos obtidos com a aquisição da CPFL Transmissão. Após a substituição das dívidas em dólar e a revisão dos contratos, foi possível identificar novas oportunidades de investimentos em reforços e melhorias, que estão em processo de aprovação junto ao órgão regulador, e representam um potencial de receita futura acima de nossas expectativas iniciais.

Nossa expansão também alcançou os outros negócios do Grupo CPFL, como no segmento de Comercialização e Serviços, com destaque para o lançamento do nosso e-commerce, onde a CPFL Soluções agora conta com uma plataforma digital para que os clientes possam fechar diretamente pelo atendimento virtual os 4 principais produtos oferecidos: contratação de energia de curto prazo, compra crédito de carbono, compra de certificados I-REC, além de realizar o processo de migração para o mercado livre.

Também avançamos com a Alesta, fintech do grupo, que agora oferece crédito a clientes das áreas de concessão de todas nossas distribuidoras: CPFL Paulista, CPFL Piratininga, RGE e CPFL Santa Cruz.

As perspectivas para os próximos anos continuam muito positivas. No final de 2023, o Conselho de Administração da CPFL Energia aprovou o novo Plano de Investimentos 2024-2028 do Grupo, que prevê a destinação de R\$ 28,4 bilhões para os negócios já existentes, com destaque para R\$ 23,4 bilhões no segmento de distribuição e R\$ 3,5 bilhões na transmissão.

No âmbito ESG, as ações da Companhia se mantiveram na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE da B3 e no Índice Carbono Eficiente – ICO2 da B3. Ainda nesse tema, o Plano ESG 2030 começou a ser executado em 2023. Essa plataforma, aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada a todos os públicos em 2022, reúne as diretrizes e estratégias para que a CPFL forneça energia sustentável, acessível e confiável em todos os momentos, tornando a vida das pessoas mais segura, saudável e próspera nas regiões onde operamos. Com 23 compromissos organizados em 4 pilares, o Plano ESG 2030, atualizado anualmente de forma integrada ao Planejamento Estratégico da companhia, dá continuidade ao trabalho de gestão estratégica iniciado em 2019, quando foi estruturado o primeiro plano de sustentabilidade. Com maior abrangência e visão de longo prazo, o Plano ESG 2030 impulsiona os negócios para ampliar a contribuição à Agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (“ODS”), propostos pela ONU. Destacam-se compromissos como o de geração de energia 100% renovável, o de neutralidade de carbono, já a partir de 2025, reduzindo 56% das emissões totais

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

até 2030, e o de atingimento de pelo menos 85% dos nossos gastos com parceiros que apresentem práticas avançadas em sustentabilidade.

Já a disciplina financeira, que sempre foi característica marcante da CPFL Energia, mais uma vez direciona nossas decisões de alocação de capital. Em relação ao resultado de 2022, foi possível realizar o pagamento de R\$ 3,3 bilhões em dividendos aos acionistas, no período entre dezembro de 2022 e dezembro de 2023.

Finalmente, a administração da CPFL Energia reitera o compromisso e confiança com os acionistas, clientes, parceiros, sociedade e demais stakeholders e agradece a todos colaboradores e colaboradoras do Grupo CPFL pelos resultados alcançados. Assim, para 2024, seguimos otimistas quanto aos avanços do setor elétrico brasileiro e confiantes em nossa plataforma de negócios, preparada para enfrentar os desafios e oportunidades no país.

b. estrutura de capital;

(milhões R\$)

Estrutura de Capital	31/12/2023	%	31/12/2022	%
Capital Próprio	19.999	27%	17.540	25%
Capital de Terceiros	54.972	73%	53.606	75%
Total	74.971	100%	71.146	100%

Em 31 de dezembro de 2023, a estrutura de capital da Companhia era representada por 27% de capital próprio e 73% de capital de terceiros, e os Diretores entendem que tal estrutura é adequada ao cumprimento das obrigações de condução das operações da Companhia. Observa-se que não houve variação significativa nesta composição no exercício de 2023 em relação ao exercício de 2022.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos;

Liquidez e Recursos de Capital

Em 31 de dezembro de 2023, nosso capital de giro líquido refletia um montante deficitário (excedente de passivo circulante em relação ao ativo circulante) de R\$ 1.711 milhões, uma redução de R\$ 2.012 milhões quando comparado com o valor superavitário de R\$ 301 milhões em 31 de dezembro de 2022.

Essa redução decorre basicamente:

- Do aumento, da ordem de R\$ 820 milhões de saldos Financeiros Setoriais, circulante líquido, indo de um passivo financeiro setorial em ambos os anos de R\$ 50 milhões em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 870 milhões no exercício findo em dezembro de 2023. O aumento mencionado deve-se, principalmente, a componentes financeiros, na ordem de R\$ 993 milhões, estes causados, sobretudo, pela devolução de créditos de PIS/COFINS (à Companhia e aos consumidores) ao longo do exercício de 2023 e pelo efeito de escassez hídrica; e
- Do aumento da linha de passivo circulante Mútuo com Coligadas, Controladas e Controladora, na ordem de R\$ 3.140 milhões (referente à mútuo captado pelas controladas CPFL Comercialização Brasil S.A. e CPFL Energias Renováveis S.A. junto a controladora da CPFL Energia, State Grid Brazil Power Participações S.A., em 2022, com vencimento em 2024), decorrente da transferência entre curto e longo prazo;

Compensados parcialmente por aumento de disponibilidades e títulos e valores mobiliários, cuja variação positiva entre os períodos findos de 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 somam R\$ 930 milhões, além de aumento de aproximadamente R\$ 1.119 milhões a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias, com maior impacto sobre a classe residencial.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Companhia tempestivamente monitora o capital circulante líquido e, sua geração de caixa, suas projeções de lucros, bem como sua estratégia de financiamento, suportam e viabilizam o plano de redução deste capital circulante líquido.

A tabela abaixo resume as obrigações contratuais e os compromissos pendentes em 31 de dezembro de 2023 (inclui outras obrigações contratuais de longo prazo):

Obrigações contratuais em 31 de dezembro de 2023	Pagamentos devidos por período (milhões R\$)				
	Total	Menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	4.090	3.692	179	-	219
Empréstimos, Derivativos, Debêntures e Financiamentos - Principal e Encargos ¹	35.246	7.077	14.723	7.178	6.267
Uso do Bem Público ¹	195	24	48	104	19
Entidade de Previdência Privada ⁶	4.530	677	2.827	693	332
Taxas Regulamentares	170	170	-	-	-
Mútuo entre Coligadas, Controladas e Controladora	3.140	3.140	-	-	-
Outros	758	676	3	1	78
Total de Itens do Balanço Patrimonial ¹	48.129	15.457	17.780	7.976	6.915
Compra de Energia (exceto Itaipu) ²	56.230	13.334	24.220	12.996	5.680
Compra de energia de Itaipu ²	11.526	2.071	4.745	2.712	1.998
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão ³	33.960	4.983	9.838	5.986	13.153
Prêmio de Risco - Repactuação do Risco Hidrológico ⁴	418	54	109	68	187
Projetos de construção de usina ⁵	8.252	3.042	3.180	1.673	357
Total de Outros Compromissos	110.386	23.485	42.092	23.434	21.375
Total das Obrigações Contratuais	158.515	38.941	59.873	31.411	28.290

1. Inclui pagamentos de juros, incluindo juros futuros projetados sobre fluxo de caixa não descontado, através de projeções de índices. Estes juros futuros não são registrados em nosso balanço.
2. Valores a pagar nos termos de contratos de compra de energia elétrica de longo prazo, que estão sujeitas a variações de preços e estabelecem a renegociação em determinadas circunstâncias. A tabela representa os valores a serem pagos pelos volumes contratados aplicando-se os preços ao final do ano 2023. Veja item 2.2.b Preços para a Energia Elétrica Adquirida deste Formulário de Referência e a nota explicativa 27 às nossas demonstrações financeiras consolidadas.
3. Despesas estimadas com encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão, até o fim do período de concessão.
4. Despesas estimadas por pagamentos de prêmio de risco de cobertura do risco hidrológico (GSF).
5. Os projetos de construção de usinas de energia incluem compromissos assumidos basicamente para disponibilizar fundos para a construção e aquisição de concessão relacionada a controladas do segmento de geração.
6. Futuras contribuições estimadas para os planos de pensão.

Nossas necessidades de recursos destinam-se principalmente aos seguintes objetivos:

- Investimentos para continuar a expandir e modernizar os nossos sistemas de distribuição e transmissão, bem como de geração de energia renovável;

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- Amortizar ou refinarciar dívidas a vencer. Em 31 de dezembro de 2023, possuíamos um saldo de dívida não amortizado, líquido de instrumentos financeiros derivativos, com vencimento programado para os próximos 12 meses de R\$ 7.653 milhões; e
- Pagamento de dividendos. Pagamos R\$ 3.570 milhões de dividendos em 2023. Já para o exercício de 2024, a Companhia espera pagar o equivalente a R\$ 3.173 milhões referente ao resultado distribuível do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A Companhia e suas controladas possuem capacidade financeira para fazer frente a seus passivos não circulantes. O índice de liquidez geral da Companhia tem elevação no exercício de 2023, ano que atingira 0,854, em relação ao exercício de 2022: 0,800 (aumento de 0,054).

Para informações mais detalhadas sobre as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia, vide alínea (f) deste item 2.1.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas;

As principais fontes de recursos provêm do funcionamento da geração de dinheiro e financiamento.

Durante o ano de 2023, as subsidiárias da CPFL Energia trouxeram financiamentos principalmente para financiar investimentos nos nossos segmentos de geração, transmissão e distribuição, bem como para reforçar o capital de exploração das empresas.

Foram contratados novos financiamentos para investimento com instituições financeiras ao abrigo de linhas de crédito estrangeiras e novas emissões de debêntures.

A política de liquidez do Grupo CPFL baseia-se na detenção de fundos para cobrir as obrigações de curto prazo estabelecidas no cenário base, considerando a execução do plano de financiamento das necessidades de tesouraria para o ano em curso. Se houver uma necessidade adicional de numerário, o Grupo CPFL tem acesso fácil ao mercado de capitais para angariar fundos para cobrir estas necessidades adicionais.

Ao aplicar esta estratégia, pretendemos reduzir a exposição futura do Grupo CPFL ao fluxo de caixa e a sua exposição ao risco de taxa de juro, bem como manter o seu nível de liquidez e o seu perfil de dívida através de ações de refinanciamento da dívida e redução dos custos.

Para mais informações sobre as fontes de financiamento utilizadas pela Empresa, ver linha (f) deste item 2.1.

Endividamento

O endividamento total apresentou um aumento de R\$ 1.435 milhões, ou 5%, de 31 de dezembro de 2022 para 31 de dezembro de 2023, principalmente pela captação de recursos por meio de contratação de novos empréstimos, em moeda estrangeira (R\$ 2.991 milhões), emissão de debêntures (R\$ 2.239 milhões), e encargos e atualização monetária/cambial, este último na ordem de R\$ 2.736 milhões. Os aumentos mencionados foram parcialmente compensados pela amortização de seus endividamentos e encargos (R\$ 6.503 milhões).

As principais captações foram:

- Captação, em dívida em moeda estrangeira (especificamente em dólar e iene) pelas nossas subsidiárias CPFL Paulista (R\$ 1.101 milhões), CPFL Piratininga (R\$ 345 milhões), RGE (R\$ 686 milhões), CPFL Jaguari (R\$ 314 milhões) e CPFL-T (R\$ 416 milhões). Além dos endividamentos em moeda estrangeira, destaca-se a dívida captada em moeda nacional, com taxa de juros atreladas ao indicador financeiro IPCA, pela subsidiária CPFL Renováveis nacional no valor de R\$ 80 milhões; e
- Emissão de títulos de dívidas (debêntures) de algumas subsidiárias, em reais com juros atrelados aos indicadores financeiros CDI e IPCA, no valor de R\$ 750 milhões pela CPFL Paulista, R\$ 300 milhões pela CPFL Piratininga, R\$ 250 milhões pela RGE, R\$ 190 milhões pela CPFL Renováveis, e R\$ 750 milhões pela CPFL-T, totalizando R\$ 2.240 milhões.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As captações mencionadas acima foram realizadas para planos de investimentos, pagamentos e refinanciamentos de dívidas e reforço de capital de giro.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez;

As principais fontes de recursos provêm do funcionamento da geração de dinheiro e financiamento.

Durante o ano de 2023, as subsidiárias da CPFL Energia trouxeram financiamentos principalmente para financiar investimentos nos nossos segmentos de geração, transmissão e distribuição, bem como para reforçar o capital de exploração das empresas.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Em 31 de dezembro de 2023, nosso endividamento total (incluindo mútuo e encargos, líquido de instrumentos financeiros derivativos) era de R\$ 29.456 milhões. Deste total, aproximadamente R\$ 5.998 milhões, ou 20,4%, estavam expressos em moeda estrangeira, contemplando dólares norte-americanos, euros e iene. Foram contratadas operações de swap de modo a reduzir nossa exposição às taxas de câmbio que decorrem de parte dessas obrigações. O montante de R\$ 7.625 milhões de nosso endividamento total tem vencimento em 12 meses. Em 31 de dezembro de 2022, nosso endividamento total (incluindo mútuo e encargos, líquido de instrumentos financeiros derivativos) era de R\$ 28.021 milhões. Deste total, aproximadamente R\$ 6.233 milhões, ou 22,2%, estavam expressos em moeda estrangeira, contemplando dólares norte-americanos e euros. Foram contratadas operações de swap de modo a reduzir nossa exposição às taxas de câmbio que decorrem de parte dessas obrigações. O montante de R\$ 4.561 milhões de nosso endividamento total tem vencimento em 12 meses.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Principais Contratos de Financiamentos

Nossas categorias de endividamento são como segue:

Pós fixado. Em 31 de dezembro de 2023, havia empréstimos pós fixados, totalizando R\$ 6.939 milhões, sendo os índices IPCA e TJLP (R\$ 5.703 milhões) e CDI (R\$ 1.267 milhões). Esses empréstimos são denominados em reais e sua parte mais significativa está relacionada a: (i) IPCA em nossas distribuidoras CPFL Paulista, CPFL Piratininga, CPFL Santa Cruz e RGE Sul (R\$ 5.020 milhões) e (ii) empréstimos vinculados a CDI da CPFL Paulista e CPFL Geração (R\$ 1.267 milhões).

Pré-fixado. Em 31 de dezembro de 2023, havia diversos empréstimos pré-fixados totalizando R\$ 579 milhões. Esses empréstimos são denominados em reais e sua parte mais significativa está relacionada à dívida da CPFL Piratininga.

Debêntures. Em 31 de dezembro de 2023, havia debêntures totalizando R\$ 12.926 milhões, sendo várias séries emitidas pela CPFL Paulista (R\$ 5.131 milhões), CPFL Piratininga (R\$ 1.617 milhões), RGE (R\$ 3.642 milhões), CPFL Santa Cruz (R\$ 96 milhões), CPFL Geração (R\$ 524 milhões) e CPFL Renováveis (R\$ 191 milhões). As condições das debêntures estão sumarizadas na nota 19 de nossas demonstrações financeiras.

Dívidas denominadas em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2023, possuíamos o equivalente a R\$ 5.998 milhões de outras dívidas denominadas em moeda estrangeira, compostos por dólares norte-americanos (USD 886 milhões ou R\$ 4.291 milhões), euros (EUR 106 milhões ou R\$ 567 milhões) e iene (JPY 37.905 milhões ou R\$ 1.297 milhões). Contratamos swap visando reduzir nossa exposição a taxas de câmbio decorrentes dessas obrigações.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Para mais detalhes sobre nossos empréstimos, debêntures e derivativos, ver as notas 18 e 19 das nossas demonstrações financeiras consolidadas.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Na data da apresentação deste Formulário de Referência, não havia outras relações de longo prazo com instituições financeiras, além das descritas no item (i) acima.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação entre as dívidas da Companhia, observado que determinadas dívidas foram contratadas com garantia real e, portanto, têm preferência sobre outras dívidas da Companhia em caso de falência até o limite da garantia real constituída.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Condições restritivas dos empréstimos

Os empréstimos e financiamentos obtidos pelas empresas do Grupo exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2023.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.
- Patrimônio líquido dividido pelo patrimônio líquido mais dívida líquida maior ou igual a 0,28.

Índices exigidos na demonstração financeira individual da subsidiária da CPFL Renováveis, detentora do contrato

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a 1,2.
- Índice de Capitalização Própria maior ou igual a 30%.

Índices exigidos na demonstração financeira individual das subsidiárias de distribuição, detentoras do contrato

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 4,0.

Índice exigido nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power Participações S.A. ("State Grid Brazil")

- Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total (desconsiderando os efeitos do IFRIC 12/OCPC 01) maior ou igual a 0,3.

A definição de EBITDA na Companhia para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela Companhia naquelas empresas (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração do Grupo, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2023.

Condições restritivas das debêntures

As debêntures emitidas pelas empresas do Grupo exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2023.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração do Grupo, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2023.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Os percentuais utilizados dos nossos financiamentos já contratados, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, estão apresentados nas tabelas abaixo:

(Valores expressos em R\$ / mil)

<u>Modalidade</u>	<u>Aprovação</u>	<u>Empresa</u>	<u>Limites contratados</u>	<u>Percentual utilizado</u>
BNDES Finem	2020	CPFL Paulista	1.315.507	100%
BNDES Finem	2020	CPFL Piratininga	424.487	100%
BNDES Finem	2020	RGE	244.385	100%
BNDES Finem	2020	CPFL Santa Cruz	1.485.619	100%
BNDES Finem	2020	CPFL Renováveis (PCH Lucia Cherobim)	221.936	63%
BNB FNE	2018	CPFL Maracanaú	42.422	100%
BNB FNE	2019	SPE Costa das Dunas	70.482	89%
BNB FNE	2020	SPE Farol de Touros	61.672	90%
BNB FNE	2020	SPE Figueira Branca	26.430	87%
BNB FNE	2020	SPE Gameleira	44.051	85%

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Nossa administração apresenta as demonstrações de resultado consolidados referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 com a apresentação de todas as variações e comentários sobre as mais relevantes.

Comentários sobre as variações mais relevantes da Demonstração de Resultado:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	Demonstração do Resultado Consolidado (em Milhões de Reais)				
	2023	AH%	AH-R\$	AV%	2022
Receita Operacional Líquida	39.743	1,0%	389	100,0%	39.354
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(17.669)	2,2%	401	-44,5%	(18.070)
Custo de Operação	(4.056)	-0,3%	(12)	-10,2%	(4.044)
Custo com Serviço Prestado a Terceiros	(4.376)	18,8%	1.014	-11,0%	(5.390)
Lucro Operacional Bruto					
Despesas Operacionais	(3.381)	-60,2%	(1.271)	-8,5%	(2.110)
Despesas com Vendas	(814)	-1,0%	(8)	-2,0%	(806)
Depreciação e Amortização	(9)	10,0%	1	0,0%	(10)
Provisão para Créditos de Liquidação duvidosa	(277)	13,2%	42	-0,7%	(319)
Outras Despesas com Vendas	(528)	-10,7%	(51)	-1,3%	(477)
Despesas Gerais e Administrativas	(1.657)	-11,7%	(174)	-4,2%	(1.483)
Depreciação e Amortização	(164)	10,4%	19	-0,4%	(183)
Outras Despesas Gerais e Administrativas	(1.493)	-14,8%	(193)	-3,8%	(1.300)
Outras Despesas Operacionais	(910)	-602,8%	(1.091)	-2,3%	181
Amortização de Intangível da Concessão	(355)	-11,6%	(37)	-0,9%	(318)
Outras Despesas Operacionais	(555)	-211,2%	(1.054)	-1,4%	499
Resultado do Serviço	10.261	5,3%	521	25,8%	9.740
Equivalência Patrimonial	319	-34,9%	(171)	0,8%	490
Resultado Financeiro	(2.557)	12,2%	354	-6,4%	(2.911)
Receitas Financeiras	1.935	-10,2%	(219)	4,9%	2.154
Despesas Financeiras	(4.492)	11,3%	573	-11,3%	(5.065)
Resultado Antes dos Tributos	8.023	9,6%	703	20,2%	7.320
Contribuição Social	(669)	-19,3%	(108)	-1,7%	(561)
Imposto de Renda	(1.817)	-18,0%	(277)	-4,6%	(1.540)
Lucro Líquido	5.537	6,1%	318	13,9%	5.219
Lucro Líquido Atribuído aos Acionistas Controladores	5.527	8,4%	427	13,9%	5.100
Lucro Líquido Atribuído aos Acionistas Não Controladores	10	-91,6%	-	0,0%	119

• Receita operacional líquida:

A receita operacional líquida corresponde a receita de operações com energia elétrica, outras receitas operacionais e as deduções da receita operacional (impostos e contribuições setoriais). Abaixo demonstramos quadro comparativo das receitas em 2023 e 2022.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	2023			2022	
	R\$	GWh	AH %	R\$	GWh
Receita Operacional Líquida					
Residencial	18.194	21.980	3,8%	17.530	20.922
Industrial	3.653	6.849	-12,1%	4.158	8.176
Comercial	6.430	8.599	-3,0%	6.627	9.177
Rural	1.735	2.601	-6,7%	1.859	2.886
Poderes Públicos	1.130	1.409	6,8%	1.058	1.310
Iluminação Pública	947	1.944	-3,1%	977	1.975
Serviço Público	1.274	1.869	2,0%	1.249	1.753
Fornecimento Faturado	33.362	45.250	-0,3%	33.458	46.199
Consumo Próprio	-	36	0,0%	-	35
Fornecimento Não Faturado (Líquido)	326	-	297,6%	82	-
(-) Transferência da Receita Relacionada à Disponibilidade da Rede Elétrica ao Consumidor Cativo	(17.413)	-	17,4%	(14.832)	-
Fornecimento de Energia Elétrica	16.274	45.287	-13,0%	18.708	46.234
Furnas Centrais Elétricas S.A.	907	2.731	-1,2%	918	2.394
Outras Concessionárias e Permissionárias	4.326	15.177	20,3%	3.597	12.692
(-) Transferência da Receita Relacionada à Disponibilidade da Rede Elétrica ao Consumidor Cativo	(199)	-	20,6%	(165)	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	541	7.436	-7,2%	583	10.667
Suprimento de Energia Elétrica	5.575	25.344	13,0%	4.933	25.753
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica - TUSD Consumidor Cativo	17.612	-	17,4%	14.997	-
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica - TUSD Consumidor Livre	6.279	-	21,0%	5.190	-
(-) Compensação pelo Não Cumprimento de Indicadores Técnicos	(118)	-	0,0%	(111)	-
Receita de Construção da Infraestrutura de Concessão	4.671	-	-12,8%	5.357	-
Ativo e Passivo Financeiro Setorial	1.525	-	1613,5%	89	-
Atualização do Ativo Financeiro da Concessão	1.005	-	-28,3%	1.401	-
Aporte CDE - Baixa Renda, Demais Subsídios Tarifários e Descontos Tarifários - Liminares	2.030	-	5,4%	1.926	-
Outras receitas e rendas	1.869	-	-13,5%	2.160	-
Outras Receitas Operacionais	34.873	-	12,5%	31.009	-
Receita Operacional Bruta	56.722	-	3,8%	54.651	-
ICMS	(5.992)	-	11,2%	(5.387)	-
PIS	(723)	-	8,9%	(664)	-
COFINS	(3.340)	-	6,4%	(3.138)	-
ISS	(32)	-	-3,0%	(33)	-
Reserva Global De Reversão - RGR	-	-	0,0%	(2)	-
Conta Desenv Energético - CDE	(5.839)	-	2,1%	(5.720)	-
Programa de P&D e Eficiência Energética	(301)	-	8,3%	(278)	-
PROINFA	(353)	-	8,3%	(326)	-
Bandeiras Tarifárias e Outros	(5)	-	-101,5%	328	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	(41)	-	141,2%	(17)	-
Outros	(62)	-	0,0%	(58)	-
Deduções das Receitas	(16.979)	-	11,0%	(15.296)	-
Receita Operacional Líquida	39.743	-	1,0%	39.354	-

Receita Operacional Líquida

Em comparação com o ano encerrado em 31 de dezembro de 2022, nossa receita operacional líquida aumentou 1,0% (ou R\$ 389 milhões) de modo que encerramos o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 com receita operacional líquida de R\$ 39.743 milhões.

Esse aumento na receita operacional ocorrera, principalmente, devido a ampliação de 12,5%, ou R\$ 3.864 milhões, em relação ao ano de 2022 em “Outras Receitas Operacionais”, este, em grande parte, decorrente de: (i) elevação, em R\$ 1.436 milhões, em receita advinda de ativo e passivo financeiro setorial; e, também, (ii) de R\$ 1.089 milhões de receita pela disponibilidade de rede elétrica, em específico, para consumidores livres.

Tal aumento foi parcialmente compensado pela (i) redução na receita de construção de infraestrutura da concessão, em R\$ 686 milhões, devido a menor investimento no segmento de distribuição de energia elétrica do grupo; e (ii) aumento das deduções das receitas, em R\$ 1.683 milhões (ou 11%), principalmente do ICMS e COFINS incidente sobre seu faturamento (R\$ 807 milhões), e impacto de R\$ 562 milhões de bandeiras tarifárias somado a outras deduções de menor impacto individualmente.

A discussão a seguir descreve mudanças em nossa receita operacional líquida por destino e por segmento, com base nos itens que compõem nossa receita bruta.

Vendas por destino

Vendas a consumidores finais

Em comparação ao ano encerrado em 31 de dezembro de 2022, nossa receita operacional bruta de vendas para Consumidores Finais (que inclui receita de TUSD de Consumidores Cativos) reduziu 0,3% (ou R\$ 96 milhões) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, para R\$ 33.362 milhões. Nossas receitas operacionais brutas

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

refletem principalmente as vendas a Consumidores Cativos nas áreas de concessão de nossas subsidiárias de distribuição, bem como a receita TUSD do uso de nossa rede por Consumidores Cativos, ambas sujeitas a reajuste tarifário, conforme descrito abaixo. Nossa receita operacional bruta também reflete as vendas para Consumidores Livres nas categorias comercial e industrial.

As tarifas das empresas de distribuição são ajustadas todos os anos, em porcentagens específicas para cada categoria de consumidor. O mês em que o reajuste tarifário anual se torna efetivo varia de acordo com a subsidiária, impactando tanto o ano em que o reajuste tarifário ocorre como o ano seguinte. Os ajustes para nossas subsidiárias ocorrem em março (CPFL Santa Cruz), abril (CPFL Paulista), junho (RGE Sul) e outubro (CPFL Piratininga). Em 2023, nossos reajustes tarifários foram de 3,36%, -0,73%, 1,67% e 5,65% para a CPFL Paulista, CPFL Piratininga, RGE e CPFL Santa Cruz respectivamente.

Ainda, ao longo do exercício de 2023, vigorou a bandeira tarifária verde. Para mais informações, consulte a Nota 26 de nossas demonstrações financeiras anuais consolidadas e auditadas.

No geral, os preços médios para consumidores finais em 2023 tiveram uma elevação, em relação ao exercício de 2022, principalmente para as classes Industrial, Comercial e Rural.

- Consumidores residenciais e comerciais. Com relação aos Consumidores Cativos residenciais e comerciais (que representam 98,4% do total de R\$ 24.624 milhões vendidos para esta categoria em nossas demonstrações consolidadas), os preços médios reduziram em 1,2% para consumidores residenciais, enquanto houve um aumento de 3,6% para consumidores comerciais. Com relação aos Consumidores Livres, o preço médio aumentou em 2,8%.
- Consumidores industriais. Com relação aos consumidores cativos, os preços médios aumentaram 4,9%, enquanto para Consumidores Livres, o preço médio para consumidores industriais aumentou 2,6% devido a novas negociações tarifárias.

O volume total de energia vendida aos consumidores finais no ano encerrado em 31 de dezembro de 2023 reduziu 2,0% (ou 947 GWh) em comparação com 2022. Essa redução representa o efeito de diminuição de 18,5% (ou 1.118 GWh) na quantidade de energia vendida a Consumidores Livres Convencionais, compensado, parcialmente, por um aumento de 1% (ou 172 GWh) na quantidade de energia vendida a Consumidores Cativos Finais.

A quantidade vendida para as categorias residencial e comercial, responsável por 67,6% de nossas vendas a Consumidores Finais, fora impactada por um aumento de 5,1% (ou 1.058 GWh) na categoria residencial, em contrapartida a uma redução de 6,3% (ou 578 GWh) na categoria comercial. Essas mudanças foram devidas ao efeito combinado de:

- Residencial: aumento refletindo o bom desempenho da massa de renda, temperaturas maiores registradas e incremento de unidades consumidoras em 2023 quando comparado ao ano de 2022, ainda que, em contrapartida, tenha havido impacto negativo referente ao aumento de unidades de MMGD (Micro e Minigeração Distribuída).
- Comercial: retração decorrente de incremento de MMGD (Micro e Minigeração Distribuída) e as migrações dos clientes cativos para o mercado livre.

A quantidade de energia vendida a consumidores industriais, que representou 15,1% de nossas vendas a consumidores finais em 2023 (comparado a 17,7% em 2022), diminuiu 16,2% (ou 1.327 GW) no ano encerrado em 31 de dezembro de 2023 em relação ao ano encerrado 31 de dezembro de 2022. Essa queda deveu-se principalmente a desaceleração da produção industrial e migração de clientes cativos para o mercado livre.

Suprimento de energia elétrica

Em comparação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, nossa receita operacional bruta de vendas a atacadistas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 elevou-se em 13,0% (ou R\$ 642 milhões) atingindo o montante de R\$ 5.575 milhões (9,8% da receita operacional bruta), devido principalmente ao

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

aumento de 20,3% (ou R\$ 729 milhões) nas receitas de outras concessionárias e licenciadas; compensado, parcialmente, por redução de 7,2% (ou R\$ 42 milhões) nas vendas de energia no mercado de curto prazo.

Outras receitas operacionais

Em comparação com o ano encerrado em 31 de dezembro de 2022, nossas outras receitas operacionais brutas (que excluem a receita de TUSD de consumidores cativos) aumentaram 7,8% (ou R\$ 1.249 milhões) atingindo o valor de R\$ 17.261 milhões no ano encerrado em 31 de dezembro de 2023 (30,4% de nossa receita operacional bruta), principalmente devido ao efeito líquido de aumento de R\$ 1.436 milhões na receita de ativos e passivos financeiros setoriais, passando de uma receita de R\$ 89 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 1.525 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. A receita reflete diferenças no tempo entre nossos custos orçados incluídos na tarifa no início do período tarifário e os custos efetivamente incorridos pelas Companhias de distribuição enquanto essa tarifa está em vigor, criando uma obrigação contratual de pagar para ou ter direito a receber de consumidores mediante tarifas subsequentes ou para pagar ou receber do poder concedente quaisquer valores remanescentes no vencimento da concessão. Isso leva a um ajuste para reconhecer a futura redução (ou aumento) das tarifas para contabilizar custos mais baixos (ou adicionais) no ano atual, sendo esse ajuste reconhecido como um item de receita positivo (ou negativo). O aumento deste item em 31 de dezembro de 2023 foi impulsionado principalmente pelo aumento decorrido da devolução dos créditos de PIS e COFINS (impacto de R\$ 2.286 milhões), compensado, parcialmente, por reduções devidos à bandeira de escassez hídrica e outros (valorado em R\$ 734 milhões). Ao longo do exercício de 2023, não houve impactos relevantes (apenas R\$ 27 milhões) quanto a movimentação do ativo e passivo financeiro setorial no que tange a Parcela "A".

Deduções de receitas operacionais

Deduzimos certos impostos e encargos do setor de nossa receita operacional bruta para calcular a receita líquida. O imposto de ICMS é calculado com base na receita operacional bruta dos consumidores finais (faturados), enquanto os impostos federais de PIS e COFINS são calculados com base na receita operacional bruta total. Os programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética (encargos regulatórios) são calculados com base na receita operacional líquida. Outros encargos regulatórios variam de acordo com o efeito regulatório refletido em nossas tarifas. Essas deduções representaram 29,9% de nossa receita operacional bruta no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 28% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Comparadas com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, essas deduções aumentaram 11% (ou R\$1.683 milhões) elevando o valor para R\$ 16.979 milhões em 2023, devido, principalmente, a (i) uma variação de R\$ 605 milhões que representa um aumento na rubrica de ICMS de 11,2%, (ii) aumento de 101,5% (ou R\$ 333 milhões) em bandeira tarifária e outros (indo de um acréscimo na receita em 2022 de R\$ 328 milhões para uma redução da receita bruta de R\$ 5 milhões), (iii) além do efeito combinado dos demais impostos e encargos (CDE -Conta de Desenvolvimento Energético, PIS e COFINS, PROINFA, entre outros) que aumentaram em R\$ 458 milhões no período.

Custo da energia elétrica

Energia elétrica comprada para revenda

Nossos custos com a compra de energia para revenda reduziram em 8,1% (ou R\$ 1.114 milhões) no ano encerrado em 31 de dezembro de 2023, atingindo o valor de R\$ 12.583 milhões (42,68% de nossos custos operacionais e despesas operacionais) em comparação com R\$ 13.697 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (representando 46,7% de nossos custos operacionais e despesas operacionais), decorrente de um menor volume de energia comprada (3,01% ou 2.111 GWh de variação entre períodos). A redução no Custo da energia elétrica é reflexo:

(i) embora tenha ocorrido aumento no preço médio de energia comprada em leilão no Mercado Regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo em 2023 (R\$ 194,23 em 2023), a redução na rubrica é reflexo de uma menor quantidade de energia comprada de 1.766 GWh, que representa uma redução de 3,0% quando comparado ao exercício de 2022.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(ii) redução de 28,2% (ou R\$ 838 milhões) no custo de energia elétrica comprada de Itaipu devido a redução da quantidade de energia comprada combinado a menor preço médio.

Encargos de uso da rede elétrica

Nossos encargos pelo uso de nosso sistema de transmissão e distribuição aumentaram 16,3% (ou R\$ 711 milhões) resultando em R\$ 5.085 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, reflexo principalmente do aumento dos encargos da rede básica de R\$ 761 milhões e do aumento dos encargos de energia de reserva de R\$ 323 milhões, líquidos de transferências da conta de reserva de energia da CONER.

Outros custos e despesas operacionais

Nossos outros custos e despesas operacionais compreendem nosso custo de operação, serviços recebidos de terceiros, custos relacionados à construção de infraestrutura de concessão, despesas de vendas, despesas gerais e administrativas e outras despesas operacionais.

Comparados ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, nossos outros custos e despesas operacionais aumentaram 2,3% (ou R\$ 270 milhões), resultando em R\$ 11.813 milhões (nota explicativa nº 28 das Demonstrações Financeiras, somadas das depreciações, amortizações e provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, devido principalmente a: (i) um aumento de 34,8% (ou R\$ 256 milhões) em gastos com serviços de terceiros; (ii) aumento de R\$ 656 milhões com despesas com alienação, desativação e outros de ativos não circulantes, por conta principalmente do ganho registrado em 2022 por conta da aquisição em estágios da Enercan; (iii) aumento nas despesas com pessoal de 6,0% (ou R\$122 milhões); (iv) elevação de R\$ 181 milhões na depreciação e amortização dos ativos do grupo, principalmente por conta da consolidação dos ativos advindos da aquisição do controle da Enercan; parcialmente compensados pela redução com custos relacionados à construção de infraestrutura de concessão de 18,8% (ou R\$1.015 milhões);

Resultado do Serviço

Em comparação com o ano encerrado em 31 de dezembro de 2022, nosso resultado do serviço aumentou 5,3% (ou R\$ 520 milhões) resultando em R\$ 10.261 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, principalmente devido ao (i) leve aumento da receita operacional líquida, em termos absolutos (R\$ 389 milhões), combinado a (ii) redução em nosso custo de energia elétrica (R\$ 401 milhões) compensados parcialmente pelo aumento de outros custos e despesas operacionais.

Lucro líquido

Despesa Financeira Líquida

Comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, nossa despesa financeira líquida reduziu 12,2% (ou R\$ 354 milhões), saindo de R\$ 2.911 milhões em 2022 para R\$ 2.257 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, decorrente, principalmente, de uma redução de R\$ 573 milhões (11,3% em relação ao período predecessor) nas despesas financeiras compensadas parcialmente por uma redução de R\$ 219 milhões nas receitas financeiras (ou 10,2%).

Em 2022, foi celebrado, pela subsidiária CPFL Paulista, transação tributária relacionada a contencioso judicial (IRPJ/CSLL sobre Previdência Privada), que impactara a despesa financeira do referido ano em, aproximadamente, R\$ 911 milhões. Considerando que tal transação não incorrera em impactos no exercício de 2023, a redução na rubrica de despesa financeira de R\$ 980 milhões, entre os períodos, deve-se principalmente a este fato. Adicionalmente, a redução na rubrica também contempla efeitos de despesas com derivativos, ajustes a valor justos, e outros, estes em menor relevância.

A redução da receita financeira deve-se principalmente a uma menor receita de atualização de ativo financeiro setorial em relação ao período do exercício passado, de R\$ 138 milhões em 2023 ante R\$ 386 milhões em 2022 (redução de R\$ 248 milhões ou 64,2%).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023, tínhamos R\$ 20.438 milhões (em comparação com R\$ 11.948 milhões em 31 de dezembro de 2022) em dívida denominada em reais, que acumulavam ajustes de juros e inflação com base em uma variedade de índices brasileiros e taxas do mercado monetário. A taxa interbancária média do CDI durante o ano aumentou para 13,20% em 2023, em comparação com 12,43% em 2022; e média (que foi substituída pela TLP - Taxa de Longo Prazo - nos contratos de financiamento firmados em ou após 1º de janeiro de 2018) diminuiu para 6,55% em 2023, em comparação com 7,20% em 2022. Temos o equivalente a R\$ 5.997 milhões (comparado a R\$ 6.233 milhões em 31 de dezembro de 2022) de dívida denominada em moeda estrangeira em dólares, iene e euros. Para reduzir o risco de taxa de câmbio em relação a essa dívida em moeda estrangeira e variações nas taxas de juros, implementamos uma política de uso de derivativos de taxa de câmbio e taxa de juros.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Nossas despesas com imposto de renda e contribuição social aumentou para R\$ 2.486 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 em comparação com R\$ 2.101 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Nossa taxa efetiva de 30,98% sobre o lucro antes dos impostos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi inferior à taxa oficial de 34%, principalmente devido ao efeito trazido por conta das subsidiárias optantes pelo regime de tributação do Lucro Presumido.

Resultado líquido

Comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e devido aos fatores discutidos acima, o lucro líquido aumentou 6,11% (ou R\$ 319 milhões), resultando em R\$ 5.537 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Comentários sobre as variações mais relevantes do Fluxo de Caixa:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	Fluxo de Caixa (em milhões de reais)				2022
	2023	AH%	AH-R\$	AV%	
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL					
Lucro Antes dos Tributos	8.023	9,6%	703	180,9%	7.320
Ajustes para Conciliar o Lucro ao Caixa Oriundo das Atividades Operacionais					
Depreciação e Amortização	2.250	10,8%	219	50,7%	2.031
Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	351	22,3%	64	7,9%	287
Provisão para Devedores Duvidosos	277	-13,2%	(42)	6,2%	319
Encargos de Dívida e Atualizações Monetárias e Cambiais	2.331	3,5%	79	52,5%	2.252
Despesa com Plano de Pensão	163	-51,8%	(175)	3,7%	338
Equivalência Patrimonial	(319)	35,0%	172	-7,2%	(491)
Perda (Ganho) na Baixa de Não Circulante	136	-23,6%	(42)	3,1%	178
Ajuste a Valor Justo de Investimento	50	-107,7%	690	1,1%	(640)
Provisão de Redução ao Valor Recuperável	334	100,0%	334	7,5%	-
Outros	(834)	-421,0%	(1.094)	-18,8%	260
	12.761	7,6%	907	287,7%	11.855
Redução (Aumento) nos Ativos Operacionais					
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	(1.347)	-1035,4%	(1.491)	-30,4%	144
Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio Recebidos	361	-27,5%	(137)	8,1%	498
Tributos a Compensar	2.720	327,0%	2.083	61,3%	637
Depósitos Judiciais	(27)	-113,0%	(234)	-0,6%	207
Ativo Financeiro Setorial	(845)	-177,7%	(1.932)	-19,0%	1.087
Contas a Receber - Aporte CDE/CCEE	(120)	-344,4%	(93)	-2,7%	(27)
Adições de Ativo de Transmissão	(582)	5,9%	37	-13,1%	(619)
Adiantamento a Fornecedores	-	0,0%	-	0,0%	-
Ordens em Curso	-	0,0%	-	0,0%	-
Outros Ativos Operacionais	852	53,6%	297	19,2%	555
	1.012	-59,2%	(1.470)	22,8%	2.482
Aumento (Redução) nos Passivos Operacionais					
Fornecedores	408	-138,6%	1.464	9,2%	(1.056)
Outros Tributos e Contribuições Sociais	579	-169,9%	1.407	13,1%	(828)
Outras Obrigações com Entidade de Previdência Privada	(668)	-0,9%	(6)	-15,1%	(662)
Taxas Regulamentares	92	100,0%	92	2,1%	-
Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas Pagos	(273)	-21,9%	(49)	-6,2%	(224)
Passivo Financeiro Setorial	(599)	-1098,3%	(659)	-13,5%	60
Contas a Pagar - CDE	(11)	-283,3%	(17)	-0,2%	6
Outros Passivos Operacionais	(205)	-139,5%	(724)	-4,6%	519
	(677)	69,0%	1.508	-15,3%	(2.185)
Caixa Oriundo das Operações	13.097	7,8%	945	295,2%	12.152
Encargos de Dívidas e Debêntures Pagos	(1.862)	-27,3%	(399)	-42,0%	(1.463)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(2.333)	-36,3%	(621)	-52,6%	(1.712)
Caixa Líquido Oriundo das Atividades Operacionais	8.902	-0,8%	(75)	200,7%	8.977
Atividades de Investimentos					
Aquisição de Participação Societária, Líquido do Caixa Adquirido	-	-100,0%	1.171	0,0%	(1.171)
Aumento de Caixa Decorrente de Reestruturação Societária	-	-100,0%	(147)	0,0%	147
Aumento de Capital em Investimento já Existente	-	0,0%	-	0,0%	-
Redução de Capital em Subsidiárias	53	-80,1%	(214)	1,2%	267
Aquisições de Imobilizado	(678)	-81,3%	(304)	-15,3%	(374)
Titulos e Valores Mobiliários, Cauções e Depósitos Vinculados (Aplicações)	(1.865)	-61,9%	(713)	-42,0%	(1.152)
Titulos e Valores Mobiliários, Cauções e Depósitos Vinculados (Resgates)	1.662	98,6%	825	37,5%	837
Adições de Ativo Contratual	(3.793)	20,8%	998	-85,5%	(4.791)
Titulos e Valores Mobiliários, Cauções e Depósitos Vinculados	-	0,0%	-	0,0%	-
Adições de Intangível	(20)	4,8%	1	-0,5%	(21)
Venda de Ativo Não Circulante	-	0,0%	-	0,0%	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	0,0%	-	0,0%	-
Operações de Mútuo com Controladas e Coligadas	-	0,0%	-	0,0%	-
Outros	-	0,0%	-	0,0%	-
Utilização de Caixa em Atividades de Investimentos	(4.642)	25,8%	1.616	-104,6%	(6.258)
Atividades de Financiamentos					
Custo na Emissão de Ações	(4)	0,0%	(4)	-0,1%	-
Redução de Participação Societária em Investimento já Existente	-	0,0%	-	0,0%	-
Captação de Empréstimos e Debêntures	5.310	-53,4%	(6.082)	119,7%	11.392
Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures, Líquida de Derivat	(4.640)	43,5%	3.568	-104,6%	(8.208)
Liquidação de Operações com Derivativos	(665)	-36,8%	(179)	-15,0%	(486)
Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	(3.570)	7,7%	298	-80,5%	(3.868)
Captações de Mútuos entre Coligadas, Controladas e Controladora	-	0,0%	-	0,0%	-
Amortizações de Mútuos com Controladas e Coligadas	-	0,0%	-	0,0%	-
Geração (Utilização) de Caixa em Atividades de Financiamentos	(3.569)	-205,0%	(2.399)	-80,5%	(1.170)
Aumento (Redução) em Caixa e Equivalentes de Caixa	690	-55,4%	(857)	15,6%	1.547
Saldo Inicial em Caixa e Equivalentes de Caixa	3.746	70,3%	1.546	84,4%	2.200
Saldo Final em Caixa e Equivalentes de Caixa	4.436	18,4%	689	100,0%	3.747
	5,9%				5,3%

Caixa líquido oriundo das atividades operacionais

Em comparação com o ano encerrado em 31 de dezembro de 2022, nosso caixa líquido oriundo das atividades operacionais reduziu 0,8% (ou R\$ 75 milhões), resultando em R\$ 8.902 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esta redução é decorrente, principalmente, de:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- Lucro antes dos tributos ajustado: aumento de 7,6% (ou R\$ 907 milhões) em relação ao exercício de 2022, atingindo em 2023 o montante de R\$ 12.761 milhões. Esta elevação deve-se, sobretudo, pelos aumentos (i) da linha de lucros antes dos tributos em R\$ 703 milhões (conforme discutido em "Comentários sobre as variações mais relevantes da Demonstração de Resultado" acima); (ii) ajuste a valor justo de investimentos do grupo, um aumento de R\$ 690 milhões em relação ao ano anterior; e (iii) aumento sobre provisão de redução ao valor recuperável no montante de R\$ 334 milhões. Este aumento fora parcialmente compensado pelo efeito de redução em despesas com plano de pensão, provisão para devedores duvidosos e perdas na baixa de ativos não circulante, e outros, que somados valoram R\$ 1.353 milhões;

- Aumento (Redução) nos passivos operacionais: aumento do passivo (implicando em aumento do caixa líquido) na ordem de R\$ 1.508 milhões, em comparação ao exercício de 2022, decorrente, essencialmente, dos efeitos: (i) maior saldo devedor a fornecedores (aumento em, aproximadamente, R\$ 1.464 milhões); (ii) aumento do saldo de tributos e contribuições sociais de R\$ 1.407 milhões; e (iii) diminuição dos saldos referentes às demais linhas do passivo, com destaque para a redução do passivo financeiro setorial em, aproximadamente, R\$ 599 milhões.

A elevação mencionada fora parcialmente compensada pela:

- Redução (Aumento) nos ativos operacionais: redução do ativo (implicando em redução do caixa líquido) de R\$ 1.470 milhões em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, referente, principalmente, às reduções (i) de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias, que apresentara uma diminuição do saldo na ordem de R\$ 1.491 milhões; e (ii) de ativo financeiro setorial, cuja redução fora de R\$ 1.932 milhões. Tais reduções foram parcialmente compensadas pelo aumento da rubrica de Tributos a Compensar que, em relação ao exercício de 2022, variara positivamente cerca de R\$ 2.083 milhões.

Os efeitos notados nas rubricas de Ativo e Passivo Financeiro Setorial decorre pela redução de créditos de PIS e COFINS. Para mais informações, vide explicações acima referentes às variações da Receita Operacional Líquida entre os exercícios de 2023 e 2022.

Utilização de caixa em atividades de investimentos

Observa-se, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, uma redução de 25,8% (ou R\$ 1.616 milhões) na utilização de caixa em atividades de investimentos, o qual, ao fim de 2023, atingira o montante de R\$ 4.642 milhões. A redução mencionada é decorrente, principalmente, de (i) menor adições do ativo contratual (na ordem de R\$ 998 milhões), este referente, sobretudo, às adições aos ativos de infraestrutura da concessão no segmentos de distribuição; e (ii) redução de aquisições em participação societária (líquido de caixa adquirido) uma vez que ao longo do exercício de 2023 o grupo CPFL não realizara novas aquisições, enquanto em 2022 houve a aquisição de maior participação na joint venture ENERCAN e demais ações da CPFL-T (a fim de obter a totalidade da participação na Companhia).

Os efeitos mencionados são parcialmente compensados por menor volume de redução de capital nas empresas do grupo (R\$ 214 milhões a menos em relação ao exercício de 2022), e também, maior volume de aquisições de imobilizado (aumento de R\$ 304 milhões).

Utilização de caixa em atividades de financiamentos

Em relação ao exercício de 2022 (cujo caixa utilizado para atividades de financiamentos fora de R\$ 1.170 milhões), no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 nota-se um aumento no caixa consumido em 205,0% (ou R\$ 2.399 milhões), atingindo o montante utilizado de R\$ 3.569 milhões. Este aumento é decorrente principalmente da antecipação do plano de financiamento de 2023, onde cerca de R\$ 4,2 bilhões foram antecipados para dezembro de 2022, explicando grande parte da variação na rubrica de captação de recursos (empréstimos e debêntures). O efeito total resultou em uma queda de R\$ 6.082 milhões entre os períodos na rubrica de captações de recursos.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Tal efeito fora parcialmente compensado pela redução, em relação ao exercício de 2022, da amortização de principal de empréstimos e debêntures, visto que no ano de 2023 o grupo amortizara o montante de R\$ 4.640 milhões (redução de R\$ 3.568 milhões).

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

A segregação dos segmentos operacionais da Companhia é baseada na estrutura interna das informações financeiras e da Administração, e é efetuada através da segmentação pelos tipos de negócio: atividades de distribuição, geração (o qual contempla as fontes convencionais e renováveis), comercialização, transmissão e serviços.

A rentabilidade dos nossos segmentos é variável. Nosso segmento de distribuição reflete primordialmente as vendas a consumidores cativos e cobrança pelo uso do sistema de distribuição (TUSD) junto a consumidores livres, cujos preços são estabelecidos pelo órgão regulador. A quantidade vendida varia principalmente em função de fatores externos, tais como: temperatura, massa salarial e atividade econômica do país. Este segmento representou 81,6% em 2023 da nossa receita operacional líquida (82,3% em 2022), mas sua contribuição ao lucro líquido foi maior em 2023 em relação ao ano predecessor, representando 59,7% do lucro líquido no ano (45,6% em 2022).

As contribuições dos segmentos de distribuição, geração, comercialização, transmissão e serviços para os segmentos de receita líquida e lucro líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão apresentados na tabela a seguir:

	Distribuição	Geração	Comercialização	Transmissão	Serviços
2023					
Receita operacional líquida	81,6%	12,6%	5,8%	4,9%	2,5%
Lucro (prejuízo) líquido	59,7%	32,0%	-0,8%	9,6%	2,6%
2022					
Receita operacional líquida	82,3%	10,8%	5,9%	5,0%	2,7%
Lucro (prejuízo) líquido	45,6%	49,8%	-4,7%	10,7%	2,2%

Nota: O percentual demonstrado acima considera a receita operacional líquida total do segmento incluindo as transações incorridas entre as empresas do grupo, de forma que a apresentação do segmento reflita corretamente sua participação na receita do grupo antes das eliminações para fins de consolidação.

Nosso segmento de geração consiste, em grande parte, de usinas hidrelétricas parques eólicos e usinas termelétricas, de biomassa e pequenas centrais hidrelétricas. Todas as nossas fontes de geração requerem um elevado investimento em ativos imobilizados, e nos primeiros anos normalmente demandam financiamentos relevantes para construção. A partir do momento em que esses projetos se tornam operacionais, eles resultam em uma margem mais elevada (o percentual da receita operacional na receita bruta) do que a margem do segmento de distribuição; no entanto, contribuem com despesas com juros e custos financeiros mais elevados. Em 31 de dezembro de 2023, 8,13% do imobilizado de nosso segmento de geração estava em construção (4,9% em 31 de dezembro de 2022).

Nosso segmento de comercialização vende energia para consumidores livres e outras concessionárias e permissionárias.

Nosso segmento de transmissão é responsável por construir e operar a infraestrutura de transmissão com o objetivo de transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, de acordo com seus contratos de concessão.

Nosso segmento de serviços presta uma ampla gama de serviços relacionados à energia elétrica. Estes serviços são projetados para ajudar nossos consumidores a melhorar a eficiência, custo e confiabilidade de equipamentos.

Nossos segmentos realizam compras e vendas de energia elétrica e serviços de valor agregado entre eles. Em especial, os segmentos de geração, de comercialização, de transmissão e serviços vendem energia e fornecem serviços para nossas distribuidoras. Em nossas demonstrações consolidadas os resultados das transações inter-segmento são eliminadas. Entretanto, a análise dos resultados individuais dos segmentos seria inadequada e

2.2 Resultados operacional e financeiro

incorreta caso desconsideremos estas operações. Como consequência, as vendas entre os segmentos não foram eliminadas na discussão dos resultados por segmentos.

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossa receita operacional é proveniente das atividades de distribuição, geração, comercialização, transmissão e serviços relacionados à energia, conforme abaixo:

- **Distribuição:** consiste, em grande parte, de fornecimento de energia elétrica para clientes cativos, bem como recebimento da tarifa referente ao uso da rede de distribuição;
- **Geração:** consiste na venda da energia gerada por fontes convencionais (hidrelétricas e termelétricas) e por fontes alternativas e renováveis, como PCH's, parques eólicos e termelétricas movidas a biomassa de cana de açúcar;
- **Comercialização:** consiste no fornecimento e suprimento de energia elétrica para clientes livres e venda para outras concessionárias e permissionárias;
- **Transmissão:** consiste na receita de serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, bem como dos serviços de construção das mesmas.
- **Serviços:** consiste na prestação de serviço de valor agregado relacionado à energia elétrica, como sistema de autoprodução, sistema de transmissão, sistema de distribuição, manutenções elétricas, recuperação de equipamentos, eficiência energética dentre outras atividades de prestação de serviço.

Adicionalmente aos nossos cinco segmentos operacionais acima, nós consolidamos um número de atividades classificadas como "Outros" que englobam outras atividades não relacionadas aos itens anteriores, ademais, nossas despesas corporativas, exceto a amortização dos ativos intangíveis relacionados às nossas concessões, são alocadas nos nossos respectivos segmentos operacionais.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

- **Resultados por segmento das Operações —2023 em comparação a 2022**

Vendas por segmento

Distribuição

Em comparação com o ano encerrado em 31 de dezembro de 2022, a receita operacional líquida do nosso segmento de distribuição reduziu aumentou menos de 1% (ou R\$ 15 milhões) resultando em R\$ 32.413 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento fora reflexo, principalmente:

- (i) Do aumento na Receita Operacional Bruta de R\$ 1.629 milhões (ou 3,5%), por sua vez decorrente principalmente do aumento nas receitas de ativo e passivo financeiro setorial de R\$ 1.436 milhões;
- (ii) Redução nas Deduções das Receitas de R\$ 1.614 (ou 11,3%), por sua vez fruto do aumento nas Receitas Brutas tributáveis.

Geração

A receita operacional líquida do nosso segmento de geração no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 totalizou R\$ 4.997 milhões, um aumento de 17,5% (ou R\$ 745 milhões) em comparação com R\$ 4.251 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, devido principalmente ao aumento de R\$ 912 milhões de suprimento de energia elétrica de outras concessionárias e permissionárias. Esse aumento fora parcialmente compensado por uma redução advinda das Deduções da Receita, de R\$ 113 milhões.

Comercialização

2.2 Resultados operacional e financeiro

A receita operacional líquida do nosso segmento de comercialização no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 totalizou R\$ 2.310 milhões, uma redução de 1,2% (ou R\$ 27 milhões) em comparação com R\$ 2.337 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, refletindo o efeito combinado de: (i) redução de 16,1% (ou R\$ 252 milhões) nas vendas de energia elétrica para consumidores finais (decorrente, principalmente, de menor quantidade de energia vendida na classe industrial (899 GWh e R\$ 209 milhões); compensados pelo (ii) aumento no fornecimento de energia elétrica para outras Concessionárias e Permissionárias de R\$204 milhões (ou 17,5%).

Transmissão

A receita operacional líquida do nosso segmento de transmissão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 totalizou R\$ 1.953 milhões, uma redução de 1% (ou R\$ 10 milhões) em comparação com R\$ 1.963 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, refletindo o efeito combinado de: (i) aumento de 41,9% (ou R\$ 260 milhões) em receita de construção da infraestrutura de concessão; (ii) redução de 18,5% (ou R\$ 302 milhões) em outras receitas; compensados, parcialmente, pela redução de impostos incidentes sobre o faturamento na ordem de R\$ 17 milhões.

Serviços

A receita operacional líquida de nosso segmento de serviços no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 totalizou R\$ 1.011 milhões, uma redução de 3,2% (ou R\$ 33 milhões) em comparação com R\$ 1.044 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse efeito ocorreu principalmente devido a uma redução de R\$ 30 milhões nas receitas oriundas da CPFL Serviços de serviços de construção e manutenção; compensadas parcialmente pelas deduções das receitas.

Resultado do Serviço por Segmento

Distribuição

Comparado ao ano encerrado em 31 de dezembro de 2022, o resultado do serviço do nosso segmento de distribuição aumentou 13,6% (ou R\$ 806 milhões) atingindo R\$ 6.733 milhões no ano encerrado em 31 de dezembro de 2023. Conforme discutido acima, embora a receita operacional líquida do segmento não tenha apresentado variações relevantes (R\$ 15 milhões de aumento) e os custos operacionais tenham aumentado apenas R\$ 114 milhões, houve uma diminuição relevante em outras despesas operacionais de R\$ 905 milhões (ou 9,5%). Os principais fatores contribuintes para as mudanças nos custos e despesas operacionais foram os seguintes:

Custos de energia elétrica. Comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, os custos de energia elétrica aumentaram 1% (ou R\$ 114 milhões) resultando em R\$ 17.017 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

O custo da energia comprada para revenda diminuiu 4,3% (ou R\$ 532 milhões), refletindo, principalmente, o efeito da redução de 28,2% (ou R\$ 838 milhões) no custo da energia elétrica comprada de Itaipu, compensados parcialmente por um aumento de energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo de R\$ 410 milhões (ou 4,1%).

Além disso, os encargos pelo uso do sistema de transmissão e distribuição aumentaram 14,0% (ou R\$ 646 milhões), atingindo R\$ 5.252 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, devido ao efeito combinado de: aumento de encargos de rede básica de 703 milhões (ou 21,8%); aumento de R\$ 321 milhões (ou 45,7%) nos encargos de energia de reserva – EER; compensados pela redução de R\$ 390 milhões (ou 70,3%) nos Encargos de Serviço do Sistema líquido de transferência da conta de reserva de energia da CONER.

Outros custos e despesas operacionais. Comparados ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, nossos outros custos e despesas operacionais para o segmento de distribuição reduziram 9,5% (ou R\$ 905 milhões), para R\$ 8.664 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento foi devido ao efeito combinado do: (i) redução de 20,0% (ou R\$ 946 milhões) nos custos relacionados à construção da infraestrutura da concessão; (ii) redução de R\$ 206 milhões nas despesas legais, judiciais e indenizações; compensado

2.2 Resultados operacional e financeiro

parcialmente pelo (iii) aumento de 12,2% (ou R\$ 123 milhões) nas despesas com serviços de terceiros e aumento de R\$166 milhões (ou 14,7%) nas despesas com pessoal.

Geração

Em comparação com o ano encerrado em 31 de dezembro de 2022, o resultado do serviço do nosso segmento de geração reduziu 16,0% (ou R\$ 480 milhões) resultando em R\$ 2.514 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Essa redução foi decorrente da combinação dos efeitos (i) um aumento de 17,5% (ou R\$ 746 milhões) na receita operacional líquida (conforme discutido em "Vendas por segmento" acima); compensada pelo (ii) aumento nas despesas operacionais em R\$ 1.224 milhões, este último decorrente, principalmente, de remensuração dos ativos da controlada ENERCAN, após aquisição de maior percentual de participação (apresentando um ganho de, aproximadamente, R\$ 670 milhões na rubrica de "Outros custos e despesas operacionais"), que foi um evento ocorrido em 2022 que não se repetiu em 2023. Além disso, houve também, no ano de 2023, um aumento nas despesas operacionais decorrentes do reconhecimento de uma despesa com provisão para redução ao valor recuperável no valor de R\$ 334 milhões.

Comercialização

Em comparação com o ano encerrado em 31 de dezembro de 2022, o resultado do serviço do nosso segmento de comercialização aumentou R\$ 126 milhões resultando em ganho de R\$ 34 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento foi decorrente do efeito líquido de: (i) uma redução de 1,2% (ou R\$ 27 milhões) na receita operacional líquida do segmento, conforme discutido em "Vendas por segmento" acima; com efeito de (ii) redução de 7,0% (ou R\$ 166 milhões) no custo de energia elétrica; e (iii) aumento de R\$ 13 milhões (ou 21,7%) em outros custos e despesas operacionais.

Transmissão

Em comparação com o ano encerrado em 31 de dezembro de 2022, o resultado do serviço do nosso segmento de transmissão aumentou R\$ 29 milhões resultando em receita de R\$ 919 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento foi decorrente do efeito líquido de: (i) redução de R\$ 10 milhões (ou 1,0%) na receita operacional líquida do segmento, conforme discutido em "Vendas por segmento" acima; com efeito de (ii) redução de R\$ 54 milhões (ou 5%) em outros custos e despesas operacionais (em específico nos custos de construção da infraestrutura e pessoal).

Serviços

Comparado ao ano encerrado em 31 de dezembro de 2022, o resultado do serviço do nosso segmento de serviços aumentou 19,6% (ou R\$ 29 milhões) resultando em R\$ 177 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento foi devido ao efeito combinado de uma redução de 3,2% (ou R\$ 33 milhões) na receita operacional líquida, conforme discutido em "Vendas por segmento" acima, em contrapartida a uma redução de R\$ 62 milhões em seus custos e despesas operacionais, principalmente aqueles relacionados a serviços de terceiros, que montam uma redução de R\$ 58 milhões (ou 30,1%) em 2023 com relação ao mesmo período de 2022.

Lucro Líquido por Segmento

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, 59,7% de nosso lucro líquido deriva de nosso segmento de distribuição, 32,0% do segmento de geração consolidado, 2,6% de nosso segmento de serviços, e 9,6% de nosso segmento de transmissão, sendo estes compensados por prejuízo no segmento de comercialização, cujo prejuízo representa 0,8%.

Distribuição

Comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, o lucro líquido do nosso segmento de distribuição aumentou 38,9% (ou R\$ 926 milhões) resultando em R\$ 3.304 milhões no exercício encerrado em

2.2 Resultados operacional e financeiro

31 de dezembro de 2023. Tal variação é derivada principalmente a redução de R\$ 1.005 milhões em custos e despesas operacionais, principalmente por conta de uma redução nos custos com construção de infraestrutura, na ordem de R\$ 946 milhões (20,0%), compensado, parcialmente, pelo aumento de despesas com pessoal, serviços de terceiros e depreciação e amortização, respectivamente, de R\$ 166 milhões, R\$ 123 milhões e R\$ 101 milhões, além também de um aumento nos custos operacionais, motivados principalmente pelo aumento nos encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (conforme discutido em “Resultado do Serviço por Segmento” acima).

A redução na despesa financeira líquida do segmento deveu-se principalmente a: (i) redução de 12,9% (ou R\$ 488 milhões) nas despesas financeiras devido ao efeito combinado de: (a) aumento de R\$ 432 milhões (ou 36,0%) em encargos de dívidas; compensados parcialmente pelo (b) redução de R\$ 107 milhões em ajustes a valor justo; e (c) redução em outros resultados financeiros, na ordem de R\$ 794 milhões (ou 51,9%). Tal redução nas despesas financeiras foram parcialmente compensadas pela (ii) redução de 10,5% (ou R\$ 183 milhões) na receita financeira, derivado, principalmente da (a) redução de R\$ 248 milhões em atualizações de ativo financeiro setorial e (b) aumento de R\$ 118 milhões de rendas de aplicações financeiras.

Geração (fontes convencionais e fontes renováveis)

O lucro líquido de nossa geração do segmento de fontes convencionais reduziu 31,7% (ou R\$ 825 milhões), resultando em R\$ 1.773 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, quando comparado ao lucro líquido de R\$ 2.598 milhões do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Essa redução foi devida principalmente ao efeito combinado: (i) aumento de R\$ 1.224 milhões em custos e despesas operacionais, conforme mencionado acima; (ii) redução do resultado de participações societárias de R\$ 174 milhões (ou 35,5%); compensados parcialmente pelo (iii) aumento de 17,5% (ou R\$ 746 milhões) na receita operacional líquida, conforme descrito nas seções acima. O resultado financeiro, por sua vez, passou de uma despesa financeira líquida de R\$ 616 milhões em 2022 para uma despesa financeira líquida de R\$ 565 milhões em 31 de dezembro de 2023, o que representou uma diminuição na despesa de R\$ 51 milhões (ou 8,3%), decorrente principalmente de uma receita de aplicações financeiras maior em 2023 de R\$ 41 milhões (aumento de 27,5% quando comparado com o ano anterior).

Comercialização

Comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, o resultado líquido do nosso segmento de comercialização aumentou R\$ 197 milhões resultando em prejuízo líquido de R\$ 45 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esse resultado é reflexo, principalmente, do efeito combinado da (i) redução nos custos de energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo de R\$ 191 milhões (ou 7,3%), compensada parcialmente pela redução de R\$ 28 milhões (ou 1,2%) nas receitas líquidas do segmento (vide “Resultado do Serviço por Segmento” acima), e pela (iii) redução da despesa financeira líquida em 53,6% (ou R\$ 90 milhões), este último causado principalmente pela redução da despesa financeira em R\$ 70 milhões (devido a menor despesa com encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais).

Transmissão

Comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 (cujo resultado do período fora de lucro líquido de R\$ 560 milhões), o resultado líquido do nosso segmento de transmissão reduziu R\$ 28 milhões resultando em lucro líquido de R\$ 532 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esse resultado é reflexo da (i) redução na receita operacional líquida de R\$ 10 milhões (ou 1,3%, conforme discutido nas seções acima); em contrapartida a uma redução dos custos e despesas operacionais (R\$ 54 milhões). Ademais, a despesa financeira líquida apresentou um aumento de R\$ 136 milhões (ou 302,2%), decorrente principalmente de uma maior despesa oriunda de atualizações monetárias e cambiais de R\$ 196 milhões, compensadas por uma redução nas despesas com encargos de dívida, ajustes a valor justo e outros na ordem de R\$ 150 milhões.

Serviços

2.2 Resultados operacional e financeiro

Comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, o lucro líquido do nosso segmento de serviços aumentou 27,6% (ou R\$ 31 milhões), resultando em R\$ 144 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, refletindo os efeitos combinados de: (i) redução de R\$ 6,9% (ou R\$ 62 milhões) em custos e despesas operacionais, compensados parcialmente por (ii) uma redução de 3,2% (ou R\$ 33 milhões) na receita operacional líquida (conforme discutido nas seções acima). Ainda, o resultado financeiro contribuiu com uma receita financeira líquida de R\$ 12 milhões em 2023 quando comparado com o ano de 2022, principalmente por conta de uma receita de aplicação financeira maior em R\$ 10 milhões (ou 100%).

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Tarifas Reguladas de Distribuição

O resultado das operações é afetado significativamente por mudanças nas tarifas reguladas de energia elétrica. Mais especificamente, a maior parte da receita é derivada da venda de energia elétrica para Consumidores Finais cativos com base em tarifas reguladas. Em 2023, as vendas para consumidores cativos representaram 64,12% da quantidade de energia elétrica vendida, e 59,4% da nossa receita operacional, em comparação com 64,23% e 61,4%, respectivamente, em 2022. Essas proporções podem diminuir se os clientes migrarem da situação de Consumidores Finais Cativos para Consumidores Livres.

As receitas operacionais e margens dependem substancialmente do processo de revisão das tarifas, e a administração empenha-se em manter um relacionamento construtivo com a ANEEL, com o governo e com os demais participantes do mercado, para que o processo de revisão de tarifas reflita adequadamente os interesses dos consumidores e acionistas.

Reajuste Tarifário Anual – RTA e Revisões Periódicas RTP

Os aumentos de tarifas se aplicam de maneira diferenciada para cada classe de consumidores, havendo, em geral, aumentos maiores para consumidores atendidos em tensões mais elevadas, de modo a reduzir os efeitos de subsídios, que foram historicamente concedidos a esses consumidores e que foram em sua maioria eliminados em 2007. A tabela a seguir apresenta o aumento médio em termos percentuais de cada reajuste anual a partir de 2022. O aumento percentual das tarifas deve ser avaliado à luz da taxa da inflação brasileira.

	<u>CPFL Paulista</u> ⁽³⁾	<u>CPFL Piratininga</u> ⁽³⁾	<u>RGE</u> ⁽³⁾	<u>CPFL Santa Cruz</u> ⁽³⁾
2023				
Reposicionamento econômico ⁽¹⁾	1,08%	0,89%	7,22%	4,41%
Componentes financeiros ⁽²⁾	2,28%	-1,62%	-5,55%	1,23%
Total	3,36%	-0,73%	1,67%	5,65%
2022				
Reposicionamento econômico ⁽¹⁾	11,54%	16,50%	7,60%	8,13%
Componentes financeiros ⁽²⁾	1,23%	4,57%	1,12%	-0,31%
Total	12,77%	21,07%	8,72%	7,82%

(1) Essa parcela do ajuste reflete primariamente a taxa de inflação do período e é usada como base para os ajustes dos anos subsequentes.

(2) Essa parcela do ajuste reflete na liquidação de ativos e passivos registrados por competência, principalmente a CVA, e não é considerada no cálculo do ajuste do ano seguinte.

(3) Reajuste anual (Reajuste Tarifário Anual - RTA e Revisão Tarifária Periódica - RTP) das distribuidoras CPFL Paulista, CPFL Piratininga, RGE e CPFL Santa Cruz ocorrem em abril, outubro, junho e março, respectivamente.

Vendas a Consumidores Potencialmente Livres

2.2 Resultados operacional e financeiro

A regulamentação do setor permite que determinados consumidores possam deixar o ambiente de tarifas reguladas e se tornar consumidores “livres”, com direito a contratar seu fornecimento de energia elétrica com qualquer fornecedor. Em comparação ao número total de consumidores cativos da Companhia, o número de Consumidores Potencialmente Livres é relativamente pequeno. Essas receitas consistem nas tarifas cobradas pelo uso da rede de distribuição (TUSD). Mesmo que um consumidor decida migrar do sistema de tarifas reguladas para se tornar um Consumidor Livre, ele ainda terá que pagar à distribuidora a tarifa pelo uso do sistema de distribuição, ou TUSD. No que tange à redução na receita de vendas, somos capazes de reduzir, em alguns casos, a energia contratada para suprir estes clientes no próprio ano em que ocorrer a migração, enquanto, em outros casos, podemos compensar este excesso através do ajuste da energia a ser comprada em períodos futuros. Desta forma, não acreditamos que perdas de Clientes Potencialmente Livres teriam impacto adverso material no resultado de nossas operações.

Preços para a Energia Elétrica Adquirida

Os preços da energia elétrica comprada por nossas distribuidoras nos termos de contratos de longo prazo executados no Mercado Regulado são: (i) aprovados pela ANEEL no caso de contratos celebrados antes do Novo Marco Regulatório; e (ii) determinados em leilões para contratos celebrados a partir de então, enquanto os preços de energia elétrica comprada no Mercado Livre são acordados por meio de negociação bilateral com base nas taxas de mercado vigentes. Em 2023, compramos 67.938 GWh, em comparação com 70.049 GWh em 2022, devido a maior consumo de nossas geradoras. Os preços dos contratos de longo prazo são reajustados anualmente para refletir os aumentos em certos custos de geração e inflação. A maioria de nossos contratos possui reajustes atrelados ao reajuste anual nas tarifas de distribuição, de forma que o aumento de custos é repassado aos nossos consumidores com aumento de tarifas. Uma vez que uma parcela crescente de nossa energia é comprada em leilões públicos, o sucesso de nossas estratégias nesses leilões afeta nossas margens e nossa exposição ao risco de preço e mercado, já que nossa capacidade de repassar os custos de compra de energia elétrica depende da projeção bem-sucedida de nossa demanda esperada.

Também adquirimos uma quantidade substancial de energia elétrica de Itaipu nos termos de obrigações “*take-or-pay*” a preços regidos pelos regulamentos adotados nos termos de um contrato internacional. As concessionárias com operações no Centro-Oeste, Sul e Sudeste são obrigadas por lei a adquirir uma parcela da participação brasileira na capacidade disponível de Itaipu. Em 2023, adquirimos 9.885 GWh de energia elétrica de Itaipu (14,5% da energia elétrica que compramos em termos de volume), em comparação com 10.198 GWh (14,6% da energia elétrica que compramos em termos de volume) em 2022. O preço da energia elétrica de Itaipu é estabelecido em dólares para refletir os custos de pagamento de sua dívida. De forma correspondente, o preço da energia elétrica adquirida de Itaipu aumenta em termos reais quando o real se desvaloriza em relação ao dólar. A mudança nos custos para a energia elétrica de Itaipu está sujeita ao mecanismo de recuperação de custos da Parcela A descrito abaixo.

A maior parte da energia elétrica que adquirimos em ambiente de contratação livre foi comprada por nossa subsidiária de comercialização CPFL Brasil, que revende a energia elétrica a Consumidores Livres e outras concessionárias e permissionárias (inclusive nossas subsidiárias).

Variações de Custos Não Gerenciáveis - Custos da Parcela A

Utilizamos a conta de compensação da variação dos custos ou a conta da Parcela A para reconhecer nas tarifas de distribuição a variação de alguns de nossos custos, conhecidos como custos da “Parcela A”, que são não gerenciáveis. Em geral, quando esses custos são superiores às projeções utilizadas na fixação da tarifa de distribuição, nós temos o direito de recuperar a diferença através de reajustes anuais de tarifas subsequentes. Os custos de energia elétrica comprada de Itaipu são indexados ao dólar norte-americano, e estão sujeitos à variação cambial. No caso de apreciação do dólar norte-americano frente ao real, nossos custos vão aumentar e, conseqüentemente, nosso resultado vai se reduzir no mesmo período. Essas perdas serão compensadas no futuro, quando o próximo reajuste tarifário anual ocorrer.

Mais detalhes sobre esses componentes tarifários, vide nota explicativa nº 9 de nossas demonstrações financeiras consolidadas.

2.2 Resultados operacional e financeiro

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Conjuntura Econômica Brasileira

Todas as nossas operações estão no Brasil, e por essa razão somos afetados pela conjuntura econômica brasileira. Em especial, o desempenho geral da economia brasileira afeta a demanda de energia elétrica, e a inflação afeta nossos custos e nossas margens. Alguns fatores podem afetar significativamente a demanda por energia, dependendo da categoria de consumidores:

- *Consumidores Residenciais e Comerciais.* Essas classes são muito afetadas por condições climáticas, o desempenho do mercado de trabalho, distribuição de renda, disponibilidade de crédito entre outros fatores. Temperaturas elevadas e aumento dos níveis de renda causam um aumento na procura por energia elétrica e, portanto, aumentam as nossas vendas. Por outro lado, o aumento do desemprego e a diminuição da renda familiar tendem a reduzir a demanda e nossas vendas.
- *Consumidores Industriais.* O consumo dos consumidores industriais está relacionado ao crescimento econômico e investimento, relacionados principalmente à produção industrial. Nos períodos de crise financeira, esta categoria sofre o maior impacto.

A inflação afeta nossos negócios principalmente pelo aumento dos custos operacionais e despesas financeiras devido aos encargos de dívidas serem corrigidos pela inflação. Podemos recuperar uma parte desse aumento de custos por meio do mecanismo de recuperação de custos da Parcela A, porém existe um atraso entre o momento em que o aumento de custos é incorrido e aquele no qual as tarifas reajustadas são recebidas. Os valores que nos são devidos com base na Parcela A são principalmente atrelados à variação da taxa SELIC até que sejam repassados às nossas tarifas e os custos vinculados a parcela B são indexados ao IGP-M líquido do fator X. A depreciação do Real aumenta o custo do serviço da nossa dívida em moeda estrangeira e os custos de compra de energia elétrica da usina de Itaipu, um de nossos principais fornecedores, que reajusta os preços com base em seus custos parcialmente atrelados a dólares norte-americanos. A tabela abaixo mostra os principais indicadores de desempenho da economia brasileira referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Crescimento do PIB (em reais) ⁽¹⁾	2,9%	3,0%
Taxa de desemprego ⁽²⁾ – média de %	8,0%	9,3%
Crédito à pessoa física (recursos não destinados) – % PIB	18,0%	17,6%
Crescimento das Vendas no Varejo	1,7%	1,0%
Crescimento da Produção Industrial	0,2%	(0,7%)
Inflação (IGP-M) ⁽³⁾	(3,2) %	5,5%
Inflação (IPCA) ⁽⁴⁾	4,6%	5,8%
Taxa de câmbio média – US\$1,00 ⁽⁵⁾	R\$ 4,99	R\$ 5,17
Taxa de câmbio no fim do ano – US\$1,00	R\$ 4,84	R\$ 5,22
Depreciação (apreciação) do real x dólar norte-americano	(7,2%)	(6,5%)

Fontes: Fundação Getúlio Vargas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Banco Central do Brasil

1. Fonte: IBGE.

2. Taxa de desemprego conforme Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

2.2 Resultados operacional e financeiro

3. A inflação (IGP-M) é o índice geral de preços de mercado medido pela Fundação Getúlio Vargas.
4. A inflação (IPCA) é um índice amplo de preços ao consumidor medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sendo a referência para as metas de inflação estabelecidas pelo CMN.
5. Representa a média das taxas de venda comerciais no último dia de cada mês durante o período.

O ano de 2023 começou sob os sinais de baixo crescimento e elevada inflação. As expectativas de acordo com a Pesquisa Focus estavam em torno de 0,8% e 5,3%, respectivamente. A perspectiva era que a recomposição tributária afetaria preços administrados, especialmente combustíveis, mantendo a inflação elevada a despeito dos efeitos negativos da elevação de juros sobre a atividade econômica. No entanto, houve surpresas benignas nas duas frentes: o crescimento econômico foi mais forte e a inflação, mais baixa.

Um dos fatores a colaborar para o desempenho melhor do que o esperado foi a normalização das cadeias produtivas e o recuo dos preços de commodities, tanto para a desinflação global como brasileira.

Domesticamente, a safra recorde – muito maior que a inicialmente esperada – contribuiu direta (com cerca de 1,2 p.p.) e indiretamente para o PIB mais forte (através dos efeitos multiplicadores da renda gerada no setor).

A farta oferta agrícola também ajudou a redução dos preços domesticamente, especialmente dos alimentos; de fato, 2023 registrou deflação do grupo Alimentação no Domicílio no IPCA. Assim, apesar da recomposição dos impostos sobre combustíveis e da elevada inflação de administrados no ano (9,2%), a inflação encerrou o ano com 4,62%, dentro do intervalo de metas, cujo teto é 4,75%.

O ano de 2023 também testemunhou a discussão em torno da meta de inflação e da autonomia do Banco Central, o que acabou levando à desancoragem das expectativas de inflação em prazos mais longos, especialmente durante o primeiro semestre. Quando se tornou claro que haveria manutenção da autonomia do Banco Central e da meta de inflação em 3% - agora transformada em meta contínua - houve uma reancoragem parcial destas expectativas, que passaram a orbitar 3,5%, pouco acima do centro da meta.

Um dos motivos para a reancoragem das expectativas de inflação ser apenas parcial é a questão fiscal. O ano foi de significativos avanços nesta seara, como a aprovação do novo Arcabouço Fiscal e das medidas que devem alavancar as receitas em 2024. Mas ainda há muita incerteza a respeito do cumprimento/alterações destas metas, que deve continuar sendo um foco de atenção ao longo de 2024.

Enquanto as expectativas de inflação permaneciam pressionadas e não havia clareza sobre o ambiente internacional e doméstico, o Banco Central manteve a taxa de juros inalterada. Apenas quando se tornou mais claro o processo de desinflação e apareceram sinais de descompressão dos núcleos é que a Selic começou a ser reduzida, mas os impactos da moderação da restrição monetária só devem ser mais plenamente observados em 2024, dadas as defasagens usuais.

No PIB mais forte de 2023 também participou a expansão da massa de renda das famílias, beneficiada por um mercado de trabalho forte, com expansão do emprego e do rendimento médio real dos trabalhadores, além das elevadas transferências governamentais através do Bolsa Família. A expansão da renda foi importante para garantir um bom desempenho do varejo mais dependente dela; já o varejo mais ligado ao crédito teve mais dificuldades, dado o ambiente de elevada inadimplência, taxas de juros nas alturas e endividamento das famílias em patamar recorde. A inadimplência recuou na segunda metade do ano, embalada pelo programa Desenrola, mas a recuperação deste mercado é apenas incipiente e deve se fortalecer ao longo de 2024, refletindo a redução da Selic. Dentro do varejo, que depende mais do crédito, houve o destaque positivo das vendas de automóveis, incentivadas pelos programas governamentais específicos.

Do ponto de vista da indústria, no entanto, foi um ano difícil. Conquanto a extrativa mineral tenha ido muito bem, a indústria de transformação refletiu tanto a demanda mais baixa quanto as dificuldades para obtenção de crédito pelas empresas. Além da Selic elevada, o episódio das reclassificações contábeis da Americanas no início do ano impôs cautela extra aos bancos e mercados de capitais. A situação só começou a melhorar no segundo semestre, sob a égide do afrouxamento monetário e da percepção de que o episódio contábil era mesmo restrito à Americanas. Esta melhora deve perdurar em 2024.

O câmbio permaneceu sob pressão no primeiro semestre, enquanto pairavam dúvidas sobre a questão fiscal e a autonomia do Banco Central; aos poucos, conforme estas questões foram sendo confrontadas, houve pequena apreciação. Os movimentos do câmbio refletiram, também, os humores dos mercados com a economia

2.2 Resultados operacional e financeiro

internacional; o ano de 2023 foi de elevação dos juros nas principais economias do mundo e a perspectiva de que as taxas permaneceriam em terreno contracionista por bastante tempo prevaleceu em boa parte do segundo semestre. Em dezembro, no entanto, estas perspectivas foram parcialmente desarmadas, com os mercados começando a apostar em quedas de juros mais incisivas ao longo de 2024, o que colaborou para perda de valor do dólar em relação às demais moedas, inclusive o real.

Deve-se notar, ainda, outro fato relevante no apagar das luzes do ano: a promulgação da reforma tributária. Os pilares da reforma são a implantação de um sistema de base tributária ampla e não cumulativo; a uniformização da legislação; a enorme simplificação do sistema; e, ainda que maiores do que as desejáveis, um número limitado de exceções. Com isso, o novo sistema deve ser menos complexo que o atual e com menor incentivo à litigância, proporcionando alguma redução das distorções alocativas e aumento da produtividade da economia nacional. Na esteira das reformas aprovadas em 2023, o Brasil recebeu upgrade da classificação de risco de sua dívida pela S&P, o que ajudou a consolidar o processo de apreciação cambial nos últimos dias do ano.

Em 2022 e 2023, nosso rating foi confirmado como AAA pelas agências Standard and Poor's, Moody's Investors Service e Fitch Rating.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As demonstrações financeiras de 2023 estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as orientações emitidas pelo CPC, contemplando os efeitos de mudanças em pronunciamentos aplicáveis.

A partir de 1º de janeiro de 2023, o Grupo adotou as alterações ao CPC 32 / IAS 12 de tributos sobre lucro, o qual, estabeleceu o reconhecimento de imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributárias e dedutíveis, mas vale ressaltar que na Companhia, não houve impactos significativos com a adoção das alterações na norma. Também levou em consideração as mudanças ocorridas no CPC 23 / IAS 8 considerando as mudanças introduzidas na definição de estimativas contábeis e os esclarecimentos a respeito da distinção de estimativas contábeis e políticas contábeis. Por fim, destaca-se também a adoção ocorrida no CPC 26 (R1) / IAS 1 no que concerne a aplicação de julgamento de materialidade para as políticas contábeis, ao levar em consideração que as políticas contábeis materiais são aquelas que, em conjunto com outras informações das demonstrações contábeis, influenciem nas decisões dos principais usuários das demonstrações contábeis. Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, mas, assim como as destacadas acima, não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

Mais detalhes sobre mudanças nas práticas contábeis, vide nota 3.19 de nossas demonstrações financeiras consolidadas.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, datado de 21 de março de 2024, emitido pela PwC Auditores Independentes, não contém parágrafos de ênfases ou ressalvas.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável, tendo em vista que não houve introdução ou alienação de segmento operacional no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável, tendo em vista que não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável, tendo em vista que não ocorreram eventos ou operações não usuais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou nos exercícios sociais encerrados em 2023 e 2022 as seguintes medições não contábeis:

CONSOLIDADO (em milhares de reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
EBITDA	12.829.818	12.262.921
Endividamento Total	29.577.215	28.185.545
Endividamento Bruto	29.454.806	28.020.603
Endividamento Líquido	23.922.620	23.418.201

EBITDA

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é calculado a partir do lucro líquido ou prejuízo do exercício, acrescido pelo imposto sobre o lucro, resultado financeiro, depreciação e amortização e amortização de mais valia de ativos. O EBITDA fornece uma medida gerencial útil do desempenho das empresas do grupo CPFL Energia e a definição de EBITDA utilizada pela Companhia pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras empresas. Ressalta-se que o EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e tampouco deve ser considerado isoladamente ou como alternativa a outros indicadores financeiros, como o lucro líquido ou seus fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez ou performance da Companhia ou base para a distribuição de dividendos. O EBITDA está sendo apresentado de acordo com a Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022.

Endividamento Total, Endividamento Bruto e Endividamento Líquido

- **Endividamento Total:** representa a soma das dívidas financeiras (empréstimos e financiamentos, e debêntures) da Companhia;
- **Endividamento Bruto:** representa a soma das dívidas financeiras (empréstimos e financiamentos, e debêntures), líquida da posição de derivativos; isto é, Endividamento Total acrescido/decrecido do montante líquido de derivativos;
- **Endividamento Líquido:** representa o montante total de dívidas financeiras da Companhia (Endividamento Bruto), líquido da posição de Caixa e Equivalentes de Caixa (acrescido de Títulos e Valores Mobiliários) em cada data-base.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

CONSOLIDADO (em milhares de reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Lucro Líquido Contábil	5.537.162	5.218.792
Impostos sobre o Lucro	2.485.621	2.100.835
Resultado financeiro	2.556.840	2.911.269
Depreciação e amortização	2.249.618	2.031.445
Amortização de mais valia de ativos	577	579
EBITDA	12.829.818	12.262.942

2.5 Medições não contábeis

CONSOLIDADO (em milhares de reais)	Saldo em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Empréstimos e Financiamentos	13.511.376	13.767.667
Debêntures	12.925.727	11.614.758
Mútuo Passivo Consolidado	3.140.112	2.803.121
Endividamento Total	29.577.215	28.185.545
Derivativos líquidos (ativo) / passivo	(122.409)	(164.942)
Endividamento Bruto	29.454.806	28.020.603
Disponibilidade ⁽¹⁾	(5.532.186)	(4.602.158)
Endividamento Líquido	23.922.620	23.418.445

⁽¹⁾ Para fins do cálculo de Endividamento líquido consideramos como "Disponibilidade" os saldos da rubrica de "Caixa e Equivalentes de Caixa" e "Título e Valores Mobiliários".

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA

A Administração da Companhia entende que o EBITDA é um indicador interessante para analisar o desempenho econômico operacional da Companhia em função de não ser afetado por (i) flutuações nas taxas de juros, (ii) alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social, bem como (iii) pelos níveis de depreciação e amortização, sendo normalmente utilizado por investidores e analistas de mercado.

Endividamento Total, Endividamento Bruto e Endividamento Líquido

A Administração da Companhia entende que é importante apresentar a medição não contábil de Endividamento Total, Endividamento Bruto e Endividamento Líquido, pois (i) tanto os saldos de debêntures, como os de empréstimos e financiamentos constituem-se de dívidas financeiras, com características semelhantes entre si, e (ii) as operações de derivativos são majoritariamente contratadas para proteção cambial e de juros destas mesmas operações, de forma que os valores devem ser analisados em conjunto. Ademais, os conceitos de Endividamento Bruto e de Endividamento Líquido são utilizados com frequência para o estabelecimento de cláusulas restritivas financeiras de contratos de empréstimos, financiamentos e de debêntures.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Empréstimos e Financiamentos

Em 14 de fevereiro de 2024, na controlada RGE (subsidiária do segmento de distribuição de energia), houve a liberação de capital referente ao financiamento Lei 4.131/62, de R\$ 199.100 mil (JPY 5.972.000,00), a taxa de juros de 0,52% a.a., com pagamento de juros semestrais e amortização de principal em agosto de 2024. Tal captação tem como objetivo reforçar o capital de giro da subsidiária mencionada.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

	31 de dezembro de 2023
a) Regras sobre retenção de lucros	A Lei das Sociedades por Ações estabelece que a Assembleia Geral poderá, por proposta do Conselho de Administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.
b) Regras sobre distribuição de dividendos	<p>De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação: (a) 5% para a formação da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito; (b) pagamento de dividendo obrigatório; (c) o lucro remanescente, ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à formação de reserva de reforço de capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social subscrito.</p> <p>Em caso de prejuízo, as reservas constituídas poderão ser utilizadas para absorver o prejuízo remanescente, sendo a reserva legal a última a ser absorvida.</p> <p>O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.</p> <p>Destinação do Resultado de 2023 (valores em R\$):</p> <p>Retenções em Reservas de Lucros: Reserva Legal: R\$ 166.949.489,42 Reserva de Reforço de Capital de Giro: R\$ 1.669.527.194,84 Reserva de Lucros a Realizar: R\$ 728.097.759,26</p> <p>Proposta de Dividendos: Dividendo Mínimo Obrigatório: R\$ 437.409.940,84 Dividendos Adicionais: R\$ 2.735.871.819,01</p> <p>Com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, ao longo do ano, a Companhia distribuiu dividendos contra Reserva de Lucros Estatutária (Reserva de Reforço de Capital de Giro) no montante de R\$ 902.627.837,13, os quais foram imputados ao mínimo obrigatório (conforme previsto pelo Estatuto Social da Companhia, vide informação abaixo), reduzindo, conseqüentemente, o montante a ser declarado ao fim do exercício.</p>
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	<p>O Estatuto Social da Companhia estabelece que o dividendo obrigatório poderá ser pago antecipadamente, no curso do exercício e até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre o respectivo montante. O valor do dividendo antecipado poderá ser compensado com o do dividendo obrigatório do exercício. A Assembleia Geral determinará o pagamento do saldo do dividendo obrigatório, se houver, bem como a reversão àquela reserva do valor pago antecipadamente.</p> <p>Ressaltamos que cabe ao nosso Conselho de Administração a prerrogativa de declarar dividendos intermediários à conta de lucros apurados no balanço semestral ou, observadas as disposições legais, apurado em períodos menores que o semestre, ou, ainda, à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. O Conselho de Administração poderá, também, declarar juros sobre o capital próprio e imputá-los ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório.</p> <p>Os dividendos, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, devem ser pagos no prazo máximo de 60 dias, contado a partir da data da deliberação de sua distribuição e, em qualquer caso, dentro do exercício social.</p>
d) Eventuais restrições	A Companhia e suas controladas estão sujeitas a restrições de distribuição de dividendos em função de alguns empréstimos, mais especificamente empréstimos obtidos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES. Existem duas situações que

2.7 Destinação de resultados

<p>distribuição de dividendos por impoostas legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</p>	<p>merecem destaque: (i) regra geral; e (ii) controladas e outras controladas em conjunto pela CPFL Geração.</p> <p>A regra geral versa que as empresas podem distribuir dividendos se atendidas (i) integralmente as obrigações restritivas estabelecidas no contrato; e (ii) à manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos apurados anualmente. Exemplos destes parâmetros podem ser: endividamento financeiro líquido dividido pelo EBITDA e endividamento financeiro líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e o patrimônio líquido, entre outros.</p> <p>Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que a Companhia e suas controladas, conforme aplicável, suspendam a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios em qualquer exercício social, caso o Conselho de Administração da Companhia ou o respectivo órgão competente das controladas informe aos acionistas sobre a incompatibilidade de tal distribuição com a situação financeira da Companhia ou de suas controladas. Nesta hipótese, os acionistas da Companhia poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.</p>
<p>e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado</p>	<p>A Companhia possui uma Política de Dividendos, aprovada pelo Conselho de Administração em 21 de maio de 2019 e atualizada em 16 de dezembro de 2021.</p> <p>Tal política estabelece que seja distribuído como dividendo, no mínimo, 50% do lucro líquido ajustado, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Ademais, a política também estabelece os fatores que influenciarão nos valores das distribuições, dentre os quais destacam-se a condição financeira da Companhia, suas perspectivas futuras, as condições macroeconômicas, revisões e reajustes tarifários, mudanças regulatórias e a estratégia de crescimento da Companhia, bem como demais fatores considerados relevantes pelo Conselho de Administração e pelos acionistas. Esta política também destaca que certas obrigações constantes dos contratos financeiros da Companhia podem limitar o valor dos dividendos e/ou dos juros sobre o capital próprio que poderão ser distribuídos, sendo que, de acordo com o planejamento tributário da Companhia, pode-se determinar que a distribuição de juros sobre o capital próprio, no futuro, seja do seu interesse.</p> <p>Além disso, de acordo com o Estatuto Social, o Conselho de Administração poderá aprovar a distribuição de dividendos e/ou de juros sobre o capital próprio, com base nas demonstrações financeiras anuais ou semestrais da Companhia, bem como nas demonstrações financeiras relativas a períodos mais curtos. A distribuição poderá ser baseada, ainda, em lucros auferidos registrados ou em lucros destinados a contas de reservas sem fins lucrativos, contidas nas demonstrações financeiras anuais ou semestrais. Com relação à declaração de dividendos anuais, inclusive dividendos em valor superior ao valor mínimo obrigatório, dependerá da aprovação pelo voto da maioria dos acionistas da Companhia.</p> <p>A Política de Dividendos da Companhia encontra-se disponível para consulta no site da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (http://sistemas.cvm.gov.br), bem como no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.cpfl.com.br/).</p>

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Em 31 de dezembro de 2023, não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

As comercializadoras do grupo CPFL possuem contratos de compra e venda de energia com entrega futura. Em relação às vendas, o Grupo possui contratos com entrega futura entre os anos de 2023 e 2035, totalizando R\$ 3.376 milhões.

No que tange aos contratos de compra, as obrigações contratuais e compromissos estão apresentados em forma de tabela no item 2.1.c deste Formulário de Referência.

iii. contratos de construção não terminada

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos, tais como os compromissos relacionados a contratos de longo prazo para projetos para construção de usinas, que estão apresentados em forma de tabela no item 2.1.c deste Formulário de Referência.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2023, financiamentos contratados cujos limites ainda não foram totalmente utilizados. Para mais informações, vide item 2.1.g deste Formulário de Referência.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.10 Planos de negócios

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

Os principais investimentos nos últimos anos têm sido destinados à manutenção e ao aprimoramento da rede de distribuição e aos projetos de geração. A tabela a seguir apresenta os investimentos da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a projeção para os anos de 2024 a 2028:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro					
	2023	2024*	2025*	2026*	2027*	2028*
	(em milhões)					
Distribuição	3.793	4.672	4.929	4.880	4.791	4.153
Geração	446	396	229	180	120	115
Comercialização						
Serviços e outros	99	123	92	64	67	64
investimentos						
Transmissão	735	731	814	737	664	552
Total	<u>5.073</u>	<u>5.922</u>	<u>6.064</u>	<u>5.860</u>	<u>5.643</u>	<u>4.884</u>

* Investimento planejado.

Planejamos investir aproximadamente R\$ 5.922 milhões em 2024, R\$ 6.064 milhões em 2025, R\$ 5.860 milhões em 2026, R\$ 5.643 milhões em 2027 e R\$ 4.884 em 2028. Dos investimentos totais orçados para este período, R\$ 23.425 milhões são esperados de serem investidos no nosso segmento de distribuição e R\$ 1.039 milhões no nosso segmento de Geração. Adicionalmente, durante este período, planejamos investir R\$ 3.499 milhões em nosso segmento de transmissão e R\$ 410 milhões em nossos segmentos de comercialização e serviços. Parte dos gastos previstos, particularmente quanto aos projetos de geração, já se encontram formalmente contratados.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

As principais fontes de recursos das controladas da Companhia são provenientes da geração de caixa operacional e de financiamentos. Para o biênio de 2024 e 2025, nossas controladas pretendem captar recursos por meio de (i) novos financiamentos junto a bancos de fomento (BNDES, BNB, outros), (ii) captações com instituições financeiras nacionais e internacionais e (iii) emissões de debêntures.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

O principal desinvestimento previsto pela companhia é a desmobilização da Epasa – Centrais Elétricas da Paraíba S.A., que contempla duas usinas termelétricas a combustíveis fósseis (óleo combustível), Termoparaíba e Termonordeste. A desmobilização da Epasa está em linha com os compromissos públicos assumidos pela companhia de gerar energia 100% renovável e é essencial para as metas de mitigação de 56% das emissões em relação a 2021, ano no qual a usina operou frequentemente, assim contribuindo significativamente para as emissões da companhia. A capacidade instalada desmobilizada corresponde a 341,5 MW, sendo que a CPFL possui atualmente participação acionária de 53,34%.

Ademais, foi realizada em 2023 a venda da usina termelétrica a biomassa (bagaço de cana) Bio Formosa. A capacidade instalada vendida corresponde a 40 MW.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

2.10 Planos de negócios

Não houve aquisições de plantas, equipamentos ou outros ativos que influenciassem materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável em razão de não haver novos produtos e serviços em andamento.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável em razão de não haver novos produtos e serviços em andamento.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável em razão de não haver novos produtos e serviços em andamento.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável em razão de não haver novos produtos e serviços em andamento.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ESG

O Plano ESG 2030 do Grupo CPFL está integrado ao Plano Estratégico da Companhia, e faz parte da sua representação gráfica de eixos prioritários de forma transversal.

O Plano ESG 2030 traz novas diretrizes e estratégias para que possamos fornecer energia sustentável, acessível e confiável em todos os momentos, tornando a vida das pessoas mais segura, saudável e próspera nas regiões onde operamos. Um dos compromissos é ter, até 2030, 100% do nosso portfólio de geração de energia renovável. No segmento, este já é nosso foco exclusivo de investimentos desde 2010 e avançamos mais um passo rumo à economia de baixo carbono. Hoje, contamos com uma estrutura de hidrelétricas (UHEs, PCHs e CGHs), usinas de biomassa, parques eólicos e uma planta solar que já contribui com esse perfil de emissões, e estamos estudando a viabilidade de tecnologias de hidrogênio verde para o nosso negócio.

Em paralelo, ampliar a eletrificação da frota técnica operacional pesada, considerando os caminhões com cesto aéreo, é um dos esforços que contribuem nesse desafio e continuaremos os estudos em mobilidade elétrica, iniciados em 2007, para avançarmos ainda mais neste tema.

Para além nas nossas atividades, queremos apoiar outras empresas na jornada de descarbonização, por isso, por meio da CPFL Soluções, oferecemos créditos de carbono, certificados de energia renovável (I-RECs) e outras soluções integradas aos clientes. Tudo isso será realizado junto à estratégia para promover e implementar soluções de energia inteligente (*smart energy*).

A conectividade digital entre pessoas e equipamentos, proporcionada pela evolução das tecnologias, tem levado a uma mudança de paradigmas e a transformações no setor elétrico e, nesse sentido, temos investido significativamente em expansão, automação, modernização e inovações visando maior eficiência, qualidade e robustez da rede, o que também contribui para nossos objetivos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Uma importante forma de promover operações cada vez mais sustentáveis é ampliando nossa atuação sob a perspectiva de circularidade, com a reforma de equipamentos e destinação de componentes de rede para reciclagem ou cadeia reversa. Já possuímos um negócio estruturado no conceito da economia circular dentro do Grupo CPFL, que vem expandindo ao longo dos anos, e que mitiga de forma considerável o nosso volume de resíduos no meio ambiente.

Mais informações relacionadas ao Plano ESG 2030 estão disponíveis em <https://ri.cpfl.com.br/>.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não existem outros fatores que influenciam de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não foram mencionados nesta seção.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos 5.1 Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A CPFL Energia possui uma Política de Gestão Corporativa de Riscos aprovada na 140ª Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de julho de 2009, devidamente atualizada em 2022 e encontra-se disponível no site da CPFL Energia em <https://ri.cpfl.com.br/> ("Política de Gestão Corporativa de Riscos").

Todos os principais riscos aos quais a Companhia está exposta são consolidados por meio da Política de Gestão de Riscos, representados no Mapa Corporativo de Riscos. A Política de Gestão de Riscos prevê modelos, indicadores e limites de exposição aos riscos, aprovados pelo Conselho de Administração, bem como detalha o tratamento a ser dispensado e reportes necessários em caso de extrapolação das referências de risco. Além disso, aborda a estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia, com definição de papéis e responsabilidades.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

Riscos Corporativos

Os riscos para os quais a Companhia busca proteção por meio da Política de Gestão Corporativa de Riscos são:

- Descumprimento dos termos dos contratos de concessão, autorizações ou permissões;
- Impossibilidade de repassar integralmente o custo de compra de energia elétrica ao consumidor e a necessidade de, para satisfazer à demanda, adquirir ou liquidar energia elétrica no mercado de curto prazo, a preços mais altos ou mais baixos do que aqueles estabelecidos nos contratos de longo prazo;
- Riscos de exposição, no negócio de comercialização de energia, decorrente de posições de energia assumidas (comprado ou vendido) e variações de preço no mercado spot;
- Riscos inerentes à construção, ampliação e operação das instalações e equipamentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica;
- Impacto adverso na operação de desenvolvimento de negócios decorrente da não conclusão do programa de investimento proposto no cronograma previsto;
- Risco de as apólices de seguro contratadas não serem suficientes para cobrir totalmente as perdas decorrentes da responsabilidade por quaisquer perdas e danos decorrentes da prestação inadequada de serviços de energia elétrica;
- Comprometimento da capacidade de conduzir as atividades operacionais e realizar o pagamento dos financiamentos contratados em virtude do grau de endividamento e das obrigações de serviço de dívidas;
- Efeito adverso sobre os negócios e resultados operacionais de uma escassez de energia elétrica e do racionamento dela decorrente, a exemplo do ocorrido em 2001 e 2002;
- Risco de o nível de inadimplência dos consumidores afetar adversamente os negócios, resultados operacionais e/ou situação financeira;
- Aumento das taxas de juros praticadas pelo mercado e riscos cambiais;
- Risco regulatório;
- Aumento de obrigações e investimentos em decorrência de novas regulamentações ambientais ou de saúde; e
- Efeitos adversos de condições hidrológicas desfavoráveis sobre os resultados operacionais.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Riscos de Mercado

Os riscos de mercado para os quais a Companhia busca proteção são:

1. Risco de Mercado de Energia

1.1. Risco de Sub/Sobrecontratação das Distribuidoras: alterações nas previsões da demanda e nas expectativas de preços são regularmente monitoradas pela Companhia. As distribuidoras do Grupo CPFL fazem uso dos mecanismos regulatórios disponíveis para ajuste de contratos a fim de manter os níveis de contratação dentro dos limites regulatórios. Além disso, a CPFL Energia acompanha eventuais alterações na regulação que possam, de alguma forma, impactar este risco.

1.2. Risco de mercado das geradoras: as condições hidrológicas, níveis de GSF e expectativa de preços são acompanhados regularmente pela Companhia. A proteção a este risco é feita através da compra de energia para minimizar exposição de balanço.

1.3. Risco de mercado das comercializadoras: as posições de balanço das comercializadoras da CPFL, as condições de mercado e as expectativas de preços de curto, médio e longo prazo são monitoradas regularmente. Previamente à sua aprovação, todas as propostas de compra e venda de energia são avaliadas em relação ao limite de risco.

2. Risco de Crédito:

Para o segmento de distribuição, cujo mercado é pulverizado, a proteção ao risco de crédito é feita mediante monitoramento da inadimplência, que tem como ações de cobrança o corte no fornecimento de energia de clientes inadimplentes além de negativação, protestos e cobranças customizadas. No que tange aos segmentos de Geração, Comercialização e Serviços, a proteção ocorre através da exigência de garantias financeiras e análise do score e risco dos parceiros de negócio, provendo mais segurança no momento da tomada de decisão.

3. Risco de Juros e Câmbio:

A Companhia e suas controladas têm a prática de monitorar os riscos de variação cambial, flutuação de taxas de juros e índices de preços, e de contratar instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas. Com relação ao risco cambial, a exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de swap, o que permitiu à Companhia e suas controladas trocarem os riscos originais da operação para o custo relativo à variação do CDI. Ainda, o mecanismo de compensação – CVA protege as controladas de distribuição de eventuais perdas econômicas relativas à possível variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu.

Com relação ao risco de taxas de juros, as controladas têm buscado aumentar a participação de empréstimos pré-indexados ou outros indexadores. Adicionalmente, o risco da alta de taxa de juros pode ser parcialmente compensado pela posição de ativos financeiros da concessão indexada ao IPCA.

4. Risco Regulatório:

Para os riscos relacionados aos processos de revisões e reajustes tarifários inerentes ao mercado regulado em que atua, o monitoramento é efetuado por todas as áreas diretamente envolvidas, em especial pela Vice-presidência de Operações Reguladas, responsável pelas interações junto à Agência Reguladora.

5. Risco de Aceleração de dívidas

A Administração da Companhia e de suas controladas monitora os índices de aceleração de dívidas e alavancagem de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Os resultados do acompanhamento são reportados periodicamente aos diretores executivos e ao Conselho de Administração. Além disso, a Companhia e suas controladas, tem políticas internas de controles que primam por um ambiente rígido de controle para a minimização da exposição aos riscos relacionados à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

Para mais informações sobre esses riscos, vide o item 4.1 deste Formulário de Referência.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

ii. os instrumentos utilizados para proteção

A Companhia considera como mecanismos de proteção aos riscos descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência: (i) o monitoramento periódico das exposições frente aos limites aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) os planos de mitigação para tratamento das principais exposições; e (iii) o reporte periódico de tais informações aos fóruns competentes, a saber, executivos da Companhia, Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Comitês de Assessoramento.

Desta forma, a Companhia possui como prática, definida na Política de Gestão Corporativa de Riscos, realizar o monitoramento regular dos riscos aos quais está exposta, avaliando o nível de exposição e adotando medidas de mitigação a fim de reduzir os riscos sempre que estes se aproximarem ou extrapolarem os limites estabelecidos. O monitoramento das exposições é feito através do uso de indicadores e/ou modelos para simulação ou projeção de cenários de risco, com base nas diretrizes previstas na Política de Gestão Corporativa de Riscos. Além disso, a Companhia trabalha com limites de exposição a estes riscos, aprovados pelo Conselho de Administração. Em casos de aumento da exposição ou extrapolação de limites, planos de mitigação devem ser estruturados pelas áreas de negócio, em conjunto com a Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO e, posteriormente, são reportados ao Comitê de Auditoria e Conselho de Administração.

Além disso, a Companhia avalia permanentemente alterações regulatórias, condições ambientais e de mercado, faz uso de mecanismos regulatórios disponíveis e monitora o desempenho de suas operações de forma a mitigar a exposição a eventuais riscos regulatórios, operacionais, ambientais e de mercado.

Outros instrumentos de proteção contratados pela Companhia e suas controladas são swaps de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não realizam transações envolvendo derivativos de caráter especulativo.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A gestão de riscos do Grupo CPFL, nos termos da Política de Gestão Corporativa de Riscos, é conduzida por uma estrutura que envolve: (i) o Conselho de Administração, assessorado pelo Comitê de Auditoria; (ii) a Diretoria Executiva; e (iii) a Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO e as áreas de negócio; com as seguintes atribuições, conforme abaixo.

Compete ao Conselho de Administração da Companhia orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais, exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia, deliberar sobre as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites. Adicionalmente, cabe ao Conselho de Administração, tomar conhecimento e acompanhar eventuais fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva para saná-los.

Cabe aos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração auxiliar o Conselho de Administração na implementação e revisão da Política de Gestão Corporativa de Riscos. Em especial ao Comitê de Auditoria, desempenhando seu papel de órgão técnico, tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo à gestão de riscos. Cabe ainda a este Comitê orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento.

Cabe à Diretoria Executiva da Companhia a condução dos negócios dentro dos limites de risco definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição da Companhia aos riscos exceda os limites fixados pelo Conselho de Administração, bem como reportar eventuais ultrapassagens e apresentar ações de mitigação ao Conselho de Administração.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO, que é subordinada ao Conselho de Administração, é responsável pela coordenação do processo de gestão de riscos no Grupo CPFL, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvem a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais o Grupo CPFL está exposto. Além disso, realiza tanto revisões

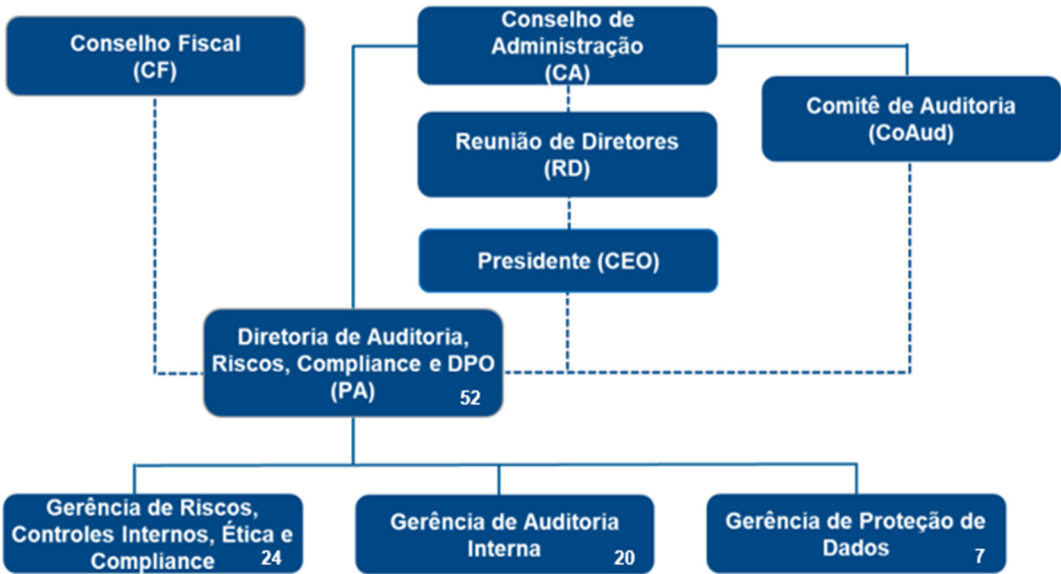
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

regulares como ad hoc para assegurar o alinhamento dos processos às diretrizes e estratégias da Administração da CPFL Energia.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições.

Os assuntos de maior relevância são levados ao conhecimento do Comitê de Auditoria, Conselho de Administração e outros fóruns de governança.

As estruturas organizacionais envolvidas estão representadas na figura abaixo, bem como o número de colaboradores envolvidos nas atividades de Auditoria Interna, Compliance, Controles Internos e Riscos Corporativos:



c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO, subordinada hierarquicamente ao Conselho de Administração, por meio da atuação da Gerência de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ética e Compliance avalia e monitora continuamente o funcionamento dos controles internos com o objetivo de reduzir a exposição dos riscos para níveis aceitáveis e alcançar os objetivos estratégicos do Grupo CPFL com criação de valor a longo prazo. As atividades relacionadas à avaliação dos controles internos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras compreendem: (i) identificação dos principais processos de negócios, controles e riscos com influência nas demonstrações financeiras; (ii) autoavaliação da eficácia de processos e controles; (iii) testes de efetividade dos controles internos relevantes para as demonstrações financeiras, realizados com técnicas e padrões de auditoria; (iv) acompanhamento das implantações dos planos de ação e melhorias nos controles internos; (v) discussão com os executivos e reporte ao Comitê de Auditoria, Conselho de Administração e outros fóruns de governança; e (vi) coordenação do processo de certificação ascendente, cujo procedimento de validação dos resultados dos controles internos sobre os relatórios financeiros, realizado de forma eletrônica, é iniciada pelos gestores concluindo-se pelo Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores e pelo Diretor Presidente.

As avaliações do ambiente de controles internos estão em conformidade com as exigências da CVM e boas práticas do Novo Mercado - B3 para garantir a acuracidade das Demonstrações Financeiras.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Ressaltamos que a abrangência da nossa atuação não se limita apenas aos processos e controles que impactam as demonstrações financeiras. O escopo de avaliação também é composto por processos e controles importantes para os negócios, visando a antecipação de riscos e identificação de melhorias.

A Companhia entende que todos os órgãos e procedimentos estabelecidos pelo Grupo CPFL são adequados para mitigar e controlar os riscos associados aos negócios sempre atualizando os procedimentos de controles internos, a fim de se manter em conformidade com os requisitos legais, regulatórios e com os padrões estabelecidos pelo mercado.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:
--

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Administração da Companhia avalia anualmente a efetividade dos controles internos com base no Framework “Estrutura Integrada de Controle Interno” de 2013 estabelecida pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* - COSO e concluiu que os controles internos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 são eficazes.

Controles Internos de Informações Financeiras

A Administração da Companhia é responsável por estabelecer e manter controles internos adequados sobre a elaboração e divulgação de informações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Para cumprir essa responsabilidade, a Gerência de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ética e Compliance avalia o ambiente de controles internos para prover segurança razoável em relação à confiabilidade das informações financeiras e a preparação de nossas demonstrações financeiras de propósitos externos de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos. Os controles internos sobre a divulgação de informações financeiras incluem políticas e procedimentos que: (i) dizem respeito à manutenção de registros que razoavelmente detalhados, refletem de maneira acurada e justa as transações e a disposição dos ativos; (ii) proveem razoável segurança de que são registradas conforme o necessário para permitir a preparação das demonstrações financeiras da Companhia de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, e que os gastos e despesas estão sendo realizados em conformidade com as autorizações da Administração; e (iii) proveem razoável segurança com relação à prevenção ou detecção a tempo de aquisição não autorizada, uso ou disposição de nossos ativos que poderiam gerar efeito material adverso nas demonstrações financeiras da Companhia.

Por motivo de limitações inerentes, o controle interno sobre a divulgação de informações financeiras pode não prevenir ou detectar declarações incorretas. Ademais, a eficácia de projeções e avaliações com relação a períodos futuros é sujeita ao risco de que os controles podem ser inadequados por motivo de mudanças de condições e que o grau de conformidade com esses procedimentos e políticas pode se deteriorar.

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é adequado, está constantemente atenta às novas tecnologias e tem investido em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais. Caso haja controles com resultados inefetivos, são definidas ações com o objetivo corrigir a causa raiz dos problemas identificados, de forma a minimizar ou mitigar a materialização dos riscos associados. A Gerência de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ética e Compliance acompanha a execução das ações pelos responsáveis e se certifica de que as exceções foram devidamente remediadas.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

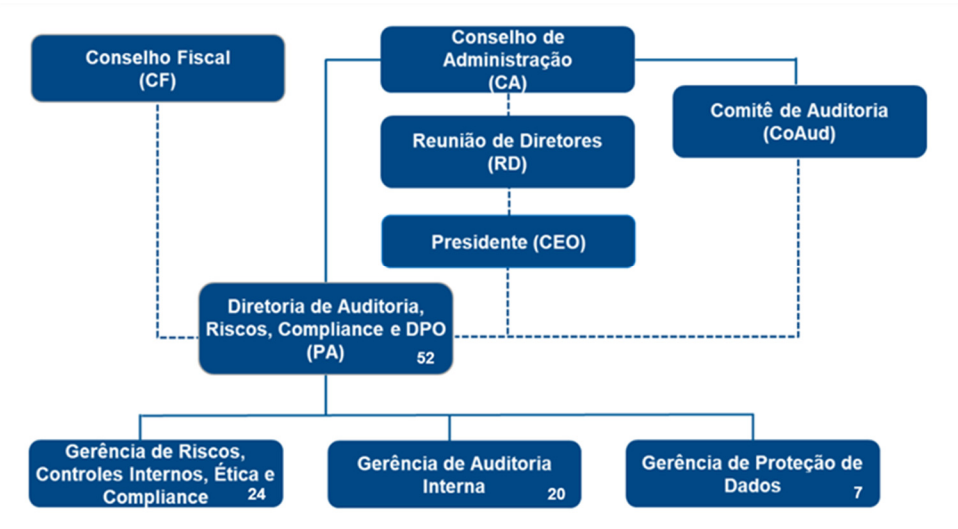
As áreas de negócio possuem responsabilidade primária para garantir a atualização da documentação dos processos de negócio sob sua responsabilidade sempre que houver alterações nas atividades de controle que possam comprometer o seu desenho e a sua eficácia.

A Gerência de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ética e Compliance é responsável pela avaliação anual dos controles internos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

Os assuntos de maior relevância são levados ao conhecimento do Comitê de Auditoria, Conselho de Administração e outros fóruns de governança.

5.2 Descrição dos controles internos

As estruturas organizacionais relacionadas estão representadas na figura abaixo, bem como o número de colaboradores envolvidos nas atividades de Auditoria Interna, Compliance, Controles Internos e Riscos Corporativos:



c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

No Grupo CPFL, a avaliação dos controles internos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras é conduzida através de uma estrutura que envolve a Diretoria Executiva, o Comitê de Auditoria, o Conselho de Administração, a Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO e as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada por meio de controles internos no nível da entidade (Entity Level Controls) e pela Norma de Avaliação dos Controles Internos que descreve o modelo de gestão de riscos assim como as atribuições de cada responsável.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia ter ciência das deficiências significativas encontradas no ambiente de controles internos da CPFL Energia e acompanhar a implantação dos planos de ação, quando aplicável.

Cabe aos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, em especial ao Comitê de Auditoria, assessorar o Conselho de Administração nos seguintes temas: (i) supervisão das atividades da área de controles internos; (ii) avaliação, monitoramento e recomendação da correção ou o aprimoramento das políticas internas; e (iii) monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, dos controles internos, do gerenciamento de riscos e Compliance.

É de competência do Comitê de Auditoria da CPFL Energia certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto, tomar conhecimento dos relatórios da Auditoria Interna e dos auditores independentes, analisando as suas respectivas recomendações e pareceres bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles e recomendar melhorias, caso necessário.

À Diretoria Executiva da CPFL Energia compete:

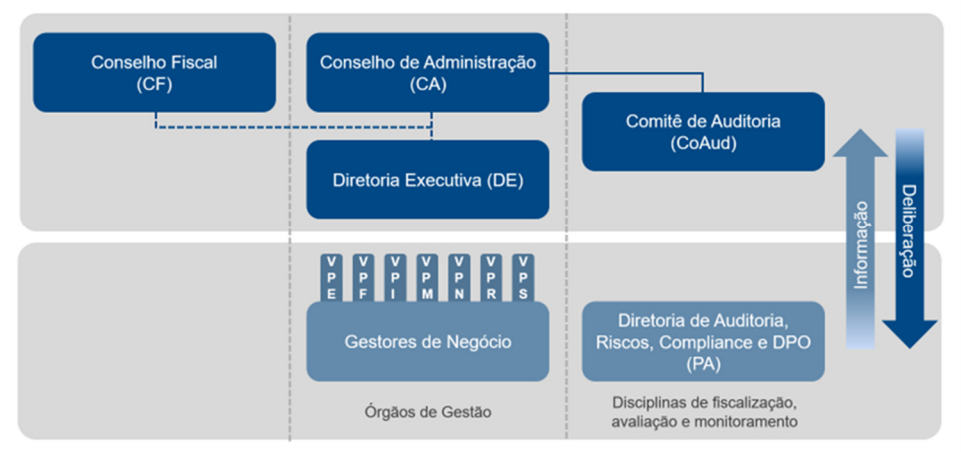
- Aprovar o escopo anual dos trabalhos de controles internos, no que diz respeito à extensão (seleção de processos e empresas relevantes), prazos, materialidade, estratégia de testes;
- Acompanhar periodicamente a evolução dos trabalhos através de apresentações feitas em Reunião de Diretoria e relatórios emitidos pela Gerência de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ética e Compliance;
- Garantir a implantação de ações definidas pelos gestores a eles subordinados;

5.2 Descrição dos controles internos

- Efetuar a certificação ascendente no período definido; e
- Patrocinar as melhorias no ambiente de controles internos buscando sempre o equilíbrio entre a eficácia dos processos, dos controles e dos custos, bem como o alinhamento com os objetivos estratégicos da CPFL Energia.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO realiza tanto revisões regulares como ad hoc para assegurar o alinhamento dos processos às diretrizes e estratégias da Administração.

Esta governança pode ser ilustrada pela figura abaixo:



d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores independentes não reportaram deficiências significativas em seu relatório circunstanciado sobre controles internos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

O Relatório Circunstanciado de Recomendações para o Aprimoramento dos Controles Internos é emitido pelos auditores independentes para os segmentos de negócio do Grupo CPFL que são escopo de avaliação. Quanto às empresas do segmento da Distribuição do Grupo CPFL, este relatório é anualmente arquivado na Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão que regula o setor elétrico brasileiro. Os status dos planos de ação são acompanhados por nosso Comitê de Auditoria, órgão independente da Administração e da auditoria externa. Não é de conhecimento da Administração da Companhia fatos ou aspectos que possam indicar a presença de deficiências significativas nos controles internos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Ainda assim, as demais deficiências identificadas são encaminhadas aos diretores responsáveis para definição dos planos de ação. A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO realiza o acompanhamento e verificação do atendimento dos planos de ação ao longo do exercício fiscal.

5.3 Programa de integridade

5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia mantém procedimentos que orientam seus principais processos organizacionais, além de controles internos que são avaliados periodicamente pelas áreas de Auditoria Interna. Também monitora seus principais indicadores de riscos oriundos de sua Matriz de Riscos Corporativos. Adicionalmente, a Companhia possui um robusto Programa de Integridade composto por 4 dimensões (diretrizes, comunicação, avaliação e monitoramento). Dentre eles, destacamos algumas iniciativas:

- **Códigos de Conduta Ética do Grupo CPFL e para Fornecedores:** diretrizes éticas a serem seguidas por colaboradores e terceiros com relacionamento direto com o Grupo CPFL. Para conhecer o Código de Conduta e Ética do Grupo CPFL, acesse o website de relações com investidores da Companhia, por meio do link: <https://ri.cpfl.com.br/listgroup.aspx?idCanal=QaOjWSkrceEfQT28iDpzLQ==&linguagem=pt>. Para conhecer o Código de Conduta Ética para Fornecedores, acesse o website institucional da Companhia, por meio do link: <https://www.grupocpfl.com.br/fornecedores/interesse-em-fornecer>
- **Comitê de Ética e Conduta Empresarial e Comissão de Processamento de Denúncias:** o Comitê Executivo de Ética e Conduta Empresarial ("COMET") é composto por 04 (quatro) membros, sendo 03 (três) da Diretoria Executiva da Companhia, quais sejam o Diretor Presidente (CEO), o Diretor Vice-Presidente Jurídico & de Relações Institucionais e o Diretor Vice-Presidente Executivo, e 01 (um) membro externo e independente, e a Comissão de Processamento de Denúncias ("CPD") é constituída por até 4 (quatro) executivos seniores da Companhia, definidos pelo Comitê de Ética, sendo um deles necessariamente o Diretor de Auditoria, Riscos, Ética e Compliance e Proteção de Dados e 01 (um) membro externo e independente, de acordo com o previsto no Regulamento de Comitê de Ética;
- **Canal Externo de Ética:** empresa independente especializada no recebimento de registros éticos (denúncias, consultas e sugestões) e responsável por assegurar a integridade e confidencialidade das informações, o anonimato dos usuários e independência durante todo o processo.
- **Norma de Relacionamento com Agentes Públicos (GED 16.602):** estabelece regras de conduta, quando do envolvimento de colaboradores e/ou representantes das empresas pertencentes à *holding* CPFL Energia S.A. e de todas as suas empresas controladas diretas e indiretas ("Grupo CPFL") em atividades com fins comerciais, de negociação ou gestão de contratos que demandem relacionamento com Administração Pública, Agentes Públicos ou Agentes Políticos. O relacionamento e a interação com quaisquer Agentes Públicos ou Agentes Políticos devem ser éticos, transparentes e pautados na boa fé, respeitando as normas que regem a Administração Pública e os valores e diretrizes estabelecidos pelo Código de Conduta Ética do Grupo CPFL.
- **Política Anticorrupção da CPFL Energia (GED 16.027):** a Política Anticorrupção suplementa, mas não substitui o Código de Conduta Ética, tendo o objetivo de estabelecer os princípios para prevenção e combate da corrupção, suborno, lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo. Este documento é aplicável a todos os colaboradores, clientes, fornecedores e/ou parceiros comerciais e partes relacionadas das empresas pertencentes ao Grupo CPFL que tenham o mesmo modelo de gestão e governança, sendo que nas demais empresas os representantes exercerão seu direito de voto com objetivo de adotar política semelhante. Amparada nos preceitos da conduta anticorrupção, e também

5.3 Programa de integridade

das normas internas vigentes, a Política estabelece regras e procedimentos para, por exemplo: (i) proibição da corrupção e suborno e monitoramento de situações vulneráveis a violações (ii) transações envolvendo recursos financeiros; (iii) relacionamento com fornecedores, parceiros comerciais e partes relacionadas; (iv) relacionamento com o poder público. Para acessar a Política Anticorrupção, acesse o website de relações com investidores da Companhia, por meio do link: <https://ri.cpfl.com.br/listgroup.aspx?idCanal=QaOjWSkrceEfQT28iDpzLQ==&linguagem=pt>

Em 2023, o Programa de Integridade do Grupo CPFL recebeu o certificado de manutenção da certificação da ISO 37001 (Sistema de Gestão Antissuborno) atestando a conformidade, as diretrizes e o alto padrão de governança e transparência com que a Companhia conduz as suas atividades.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Política Anticorrupção, normativo aprovado internamente pelo Conselho de Administração, e a Instrução do Programa de Integridade preveem as responsabilidades de gestão e implementação do Programa de Integridade pela área de Ética e Compliance (área alocada na Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO do Grupo CPFL), e pelo Compliance Officer, função exercida pelo Diretor de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO, com reporte direto e independente ao Conselho de Administração. Adicionalmente, o Regulamento do Comitê de Ética em conjunto com a diretriz nº 36 do Código de Conduta Ética do Grupo CPFL definem as atribuições e responsabilidades dos membros do COMET e da CPD, dentre as quais destacamos:

- a) o número de membros será definido pelo Conselho de Administração da CPFL;
- b) de acordo com a proposta da Diretoria Executiva, aprovada pelo Conselho de Administração, o Comitê será composto por Diretores Vice-presidentes e, ao menos, por um membro externo ao quadro de profissionais da CPFL, com mandato de dois anos, sendo permitida a recondução. O auditor interno participará como ouvinte do Comitê;
- c) o Comitê será dirigido por um presidente e por um vice-presidente, a quem cabe substituir o presidente em caso de ausência ou impedimento, sendo ambos indicados dentre os profissionais da CPFL escolhidos para participar do Comitê;
- d) o Comitê decidirá sobre as denúncias de violação do Código e orientará sobre aplicação de suas normas por meio de campanhas de divulgação, resposta a consultas e emissão de súmulas;
- e) a estrutura e o funcionamento do Comitê serão estabelecidos em regimento interno aprovado pela Diretoria Executiva da CPFL, por proposta do Comitê; e
- f) o Conselho de Administração da CPFL Energia substituirá o Comitê em suas atribuições nos casos de violação das diretrizes do Código cometidos por membros do Comitê, da Diretoria Executiva ou do Conselho de Administração.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

O Código de Conduta Ética do Grupo CPFL é o guia orientador do Programa de Integridade que contém os princípios, valores e compromissos éticos, de integridade e de transparência que devem ser observados indistintamente por todos os colaboradores em suas atividades, incluídos os membros: (i) do Conselho de Administração, (ii) dos Conselhos e Comitês de Assessoramento, e (iii) da Diretoria Executiva, bem como demais gestores e partes relacionadas. Salienta-se ainda, que o referido normativo passou por um processo de aprovação que abrange a mais alta instância executiva do Grupo CPFL, quais sejam as agendas de RD (Reunião de Diretoria) e RCA (Reunião do Conselho de Administração), e está disponível em ambiente de amplo e público acesso através do site institucional do Grupo CPFL, através do link: <https://ri.cpfl.com.br/listgroup.aspx?idCanal=QaOjWSkrceEfQT28iDpzLQ==&linguagem=pt>

5.3 Programa de integridade

Além disso, em 2023 o Código de Conduta Ética para Fornecedores foi revisado e republicado - normativo derivado e sujeito ao Código de Conduta Ética do Grupo CPFL supramencionado, mas que tem um direcionamento específico para o público de fornecedores e prestadores de serviços, visando assegurar a compatibilidade entre os valores da cadeia de suprimentos e aqueles disseminados pelo Grupo CPFL. Referido normativo está disponível no site institucional através do link: <https://www.grupocpfl.com.br/fornecedores/interesse-em-fornecer>.

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O âmbito de aplicação do Código de Conduta Ética e do Código de Conduta Ética para Fornecedores abrange tanto colaboradores e gestores internos quanto o público externo de fornecedores e partes relacionadas ao Grupo CPFL, conforme previsto na diretriz nº 13 “Responsabilidade pelo cumprimento dos valores e das diretrizes definidos no Código de Conduta Ética (Código)”. Além disso, o estabelecimento do Programa de Integridade, do Comitê de Ética e Conduta Empresarial e da Comissão de Processamento de Denúncias visam monitorar, justamente, o cumprimento das diretrizes éticas do Grupo CPFL em todos os níveis a partir de uma abordagem “*tone at the top*”.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O Código de Conduta Ética, em suas diretrizes nº 13, “e” e 37, “d”, estabelece a possibilidade de aplicação de medidas disciplinares como consequência de condutas não alinhadas ou praticadas em violação às diretrizes do Código. Cabe ao Comitê de Ética e Conduta Empresarial, após análise do relatório de investigação de denúncia, e deliberação quanto à procedência da denúncia, a recomendação de aplicação de medida disciplinar ao(à) colaborador(a) denunciado(a), sendo a dosimetria da medida disciplinar sugerida pelo Comitê e a aplicação realizada em conformidade com os procedimentos do normativo de Medidas Disciplinares e Ressarcimento de Danos (GED 17055).

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta Ética está na sua 5ª versão e foi aprovado em Reunião de Conselho de Administração em 20 de abril de 2023, estando disponível no site institucional do Grupo CPFL em local de público acesso, através do link: <https://www.grupocpfl.com.br/institucional/codigo-de-conduta-etica>.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O Canal de Ética do Grupo CPFL é gerenciado por uma empresa externa independente (Contato Seguro), contratada para recebimento de registros éticos (denúncias, consultas e sugestões), e está disponível 24 horas por dia, todos os dias da semana, através dos links: <https://www.grupocpfl.com.br/institucional/canal-de-etica> e <https://www.contatoseguro.com.br/cpflenergia>, do e-mail: eticacpfl@contatoseguro.com.br, do telefone 0800 601 8670, e do aplicativo da Contato Seguro acessível tanto para dispositivos Android através da Google Play Store, como equipamentos iOS via Apple Store.

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O Canal de Ética está aberto à apresentação de registros por todos os públicos de relacionamento das empresas do Grupo CPFL.

5.3 Programa de integridade

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

O Canal de Ética assegura a integridade e confidencialidade das informações e do registro apresentado, bem como o anonimato dos usuários, e atribui um número de identificação (protocolo) que permite ao usuário o acompanhamento do status do registro. Adicionalmente, o Grupo CPFL proíbe qualquer prática de retaliação contra relatos realizados de boa-fé, conforme previsto no Código de Conduta Ética, na Política Anticorrupção, na instrução do Programa de Integridade e no Regimento de Comitê de Ética, e reforçado no sítio eletrônico em que o Canal está divulgado (link: <https://www.contatoseguro.com.br/cpflenergia>).

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

O Grupo CPFL possui o COMET e CPD que contam com a participação de membros da alta administração e da diretoria executiva, e que foram implantados para gestão do processo de investigação e avaliação das denúncias recebidas dos colaboradores e demais públicos de relacionamento do Grupo CPFL.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Inexistem casos confirmados desta natureza nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não se aplica.

5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos:

Em relação ao último exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, não houve alterações significativas nos riscos acompanhados pela Companhia em 2023, bem como na Política de Gestão Corporativa de Riscos.

5.5 Outras informações relevantes

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há informações que a Companhia julgue relevante em relação aos itens anteriores que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.